

ANAIS DA XV SEMANA DA PESQUISA JURÍDICA

30 DE OUTUBRO A 1º DE NOVEMBRO DE 2024

15ª SEMANA DA
**PESQUISA
JURÍDICA**
30 OUT - 1º NOV

ISSN: 2966-3326

UNIPAM | Centro Universitário de Patos de Minas

Reitor

Henrique Carivaldo de Mirando Neto

Pró-reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão

Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues

Pró-reitor de Planejamento, Administração e Finanças

Pablo Fonseca da Cunha

Coordenadora de Extensão

Adriana de Lanna Malta Tredezini

Diretora de Graduação

Mônica Soares de Araújo Guimarães

Coordenador do Núcleo de Editoria e Publicações

Geovane Fernandes Caixeta

Coordenador do curso de Direito

Alexandre Máximo Oliveira

Centro Universitário de Patos de Minas

Rua Major Gote, 808 - Caiçaras
38702-054 Patos de Minas-MG, Brasil

NEP | Núcleo de Editoria e Publicações

Telefone: (34) 3823-0341
<http://nep.unipam.edu.br>

XV SEMANA DA PESQUISA JURÍDICA

Organizadores dos Anais

Alexandre Máximo de Oliveira
Sabrina Nunes Borges

Comissão Científica

Ana Iris Galvão Amaral
Fernanda Barcelos Rocha
Gabriel Gomes Canedo Vieira de Magalhães
Helen Corrêa Solis Neves
Lorrane Queiroz
Luciana Cecília Morato
Morisa Martins Jajah
Paulo Henrique Rodrigues Moreira
Rodrigo Luiz da Silva Versiani
Rogério Batista de Araújo Netto
Samir Vaz Vieira Rocha
Wania Alves Ferreira Fontes

Revisão

Núcleo de Editoria e Publicações (NEP)

Diagramação e Formatação

Núcleo de Editoria e Publicações (NEP)

SUMÁRIO

RESUMOS - PÔSTER

A aplicação da inteligência artificial (IA) no campo do direito e suas influências no sistema jurídico brasileiro.....	11
A constitucionalidade do IRDR 91: a obrigatoriedade da tentativa de resolução extrajudicial em relações consumeristas e o acesso à justiça	12
A efetividade das medidas protetivas na Lei Maria da Penha: desafios e perspectivas.....	13
A efetividade dos meios adequados de solução de conflitos no sistema processual brasileiro ...	14
A inibição do direito de ação trabalhista: o dilema do trabalhador entre justiça e reputação profissional	15
A responsabilidade civil ambiental do agente poluidor	16
A responsabilidade do influenciador digital acerca da divulgação de campanhas	17
A vulnerabilidade dos idosos diante da publicidade enganosa: seus impactos e consequências.....	18
Abarrotamento do judiciário brasileiro: causas e consequências para o efetivo acesso à justiça.....	19
Acesso à justiça no Brasil: desafios e soluções.....	20
Aplicabilidade da teoria dos frutos da árvore envenenada em processo penal brasileiro.....	22
As atribuições e responsabilidades imputadas ao Conselho Tutelar	24
Aspectos jurídicos e sociais do <i>cyberbullying</i>	25
Ativismo judicial e a divisão de poderes: os limites necessários para a garantia da democracia.....	27
Benefícios e malefícios do uso do celular na escola	28
Como a arbitragem e os meios autocompositivos colaboram para uma melhor efetividade do sistema judiciário.....	30
Consequências da alienação parental no Direito Brasileiro.....	32
Crimes digitais e proteção de dados pessoais	33
Crimes digitais na sociedade brasileira e os malefícios do uso irregular dos meios digitais por adolescentes.....	34
Desafios e perspectivas na legislação sobre crimes cibernéticos: a necessidade de um marco regulatório eficaz	36
Desconstruindo a cultura da violência na luta contra o feminicídio.....	37
Direito à adoção homoafetiva	38
Direito digital no Brasil: regulamentação, avanços e desafios	39
Direito do trabalhador na condição de Jovem Aprendiz	40

Direito tributário: a base do financiamento público	41
Eutanásia: direito à vida ou à liberdade individual?	42
Importância da LGPD no meio jurídico	43
Intervenção judicial em redes sociais: liberdade de expressão e responsabilidade jurídica na era digital	44
Liberdade de expressão e discurso de ódio: limites e proteções em uma sociedade democrática	45
O acesso à justiça no Brasil: entraves e possíveis soluções	46
O Princípio do Poluidor-Pagador no Direito Ambiental brasileiro:.....	47
O processo legislativo e a emenda constitucional no Brasil: caminhos e regras para a transformação da constituição	48
O reconhecimento da união estável homoafetiva	49
Olho por olho, dente por dente: o estatuto do PCC e o Direito Penal paralelo sob a perspectiva da Lei de Talião.....	50
Pena de morte: perspectiva internacional e debate no Brasil	51
Segurança online: como proteger-se dos crimes virtuais.....	52
Sufrágio: sua importância para o exercício da cidadania.....	53
RESUMOS - COMUNICAÇÃO ORAL	
Análise da concessão de benefício por incapacidade no regime previdenciário: atuação dos médicos para a aprovação	55
Liberdade religiosa: direitos, desafios e promoção da tolerância social	56
Prova ilícita.....	57
Uma análise da crise constitucional à luz das emendas constitucionais 133 e 134.....	58
Vantagens da ação monitória: agilidade e eficiência na cobrança judicial.	59

PROGRAMAÇÃO

FEPAM UNIPAM

**15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA**
(30 OUT - 1º NOV)

30 DE OUTUBRO QUARTA - FEIRA

8H ÀS 11H - MINICURSOS
@ SALÃO DO JURI

19H30 - PALESTRA "A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL NO DIREITO DAS FAMILIAS"
PALESTRANTE: DRA. PATRICIA GORISCH
PÓS DOUTORA EM DIREITO E PROFESSORA DE MESTRADO
@ CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS DO UNIPAM

20H30 - PALESTRA "O ACESSO À JUSTIÇA E A ATUAÇÃO UNIFORMIZADORA
DA JURISPRUDENCIA PELOS TRIBUNAIS"
PALESTRANTE: DR. LEONARDO NUNES
RODOGRIO, DOUTOR EM DIREITO PELA UFPA, PROFESSOR DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
@ CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS DO UNIPAM

INSCRIÇÕES EM:
[UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR](https://unievotos.unipam.edu.br)
INVESTIMENTO DE:
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

 Subseção de
Patos de Minas

FEPAM UNIPAM

**15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA**
(30 OUT - 1º NOV)

31 DE OUTUBRO QUINTA - FEIRA

8H ÀS 11H - MINICURSOS
@ SALÃO DO JURI

19H30 - PALESTRA "POR TRÁS DA CENA DO CRIME: UMA ANÁLISE
CRIMINOLÓGICA DO DOCUMENTÁRIO "VITIMA INVISÍVEL"
PALESTRANTE: TIAGO LENDIR
RODOGRIO CRIMINALISTA, MESTRE EM DIREITO E PROFESSOR
UNIVERSITÁRIO
@ CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS DO UNIPAM

20H30 - PALESTRA "O CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA E A LITIGIOSIDADE
TRABALHISTA: O PROBLEMA FOI ADEQUADAMENTE ENFRENTADO?"
PALESTRANTE: MARCO AURELIO MARSIGLIA TREVISIO
JUIZ DO TRABALHO, MESTRE EM DIREITO PÚBLICO PELA UFU
@ CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS DO UNIPAM

INSCRIÇÕES EM:
[UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR](https://unievotos.unipam.edu.br)
INVESTIMENTO DE:
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

 Subseção de
Patos de Minas

FEPAM UNIPAM

**15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA**
(30 OUT - 1º NOV)

1º DE NOVEMBRO SEXTA - FEIRA

8H ÀS 11H - MINICURSOS
@ SALÃO DO JURI

19H ÀS 22H - APRESENTAÇÃO DE PÔSTERES E COMUNICAÇÕES ORAIS
@ BLOCO C - DIREITO - UNIPAM

INSCRIÇÕES EM:
[UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR](https://unievotos.unipam.edu.br)
INVESTIMENTO DE:
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

 Subseção de
Patos de Minas

PROGRAMAÇÃO MINICURSOS – 30/10/2024

FEPAM UNIPAM

15ª SEMANA DA
**PESQUISA
JURÍDICA**
(30 OUT - 1º NOV)

30 DE OUTUBRO
QUINTA-FEIRA
8H
MINICURSO

**CRIMINALIDADE, MÍDIA E
SENDO DE JUSTIÇA: UMA
ANÁLISE JURÍDICA E
SOCIAL SOB UMA
PERSPECTIVA HODIERNAT**

ALUNAS: JULIA LUIZA RIBEIRO CAETANO E RAFAELA AGUIAR LOPES
PROF. ORIENTADOR: DRA. SABRINA NUNES BORGES

© SALÃO DO JÚRI - BLOCO C - UNIPAM
INSCRIÇÕES EM
[UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR](https://www.unipam.edu.br)
INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

 Subseção de
Patos de Minas

FEPAM UNIPAM

15ª SEMANA DA
**PESQUISA
JURÍDICA**
(30 OUT - 1º NOV)

30 DE OUTUBRO
QUINTA-FEIRA
9H
MINICURSO

**A RESPONSABILIDADE
CIVIL DO MÉDICO FRENTE
AS DIRETIVAS
ANTECIPADAS DE VONTADE
DO PACIENTE**

ALUNO: BRUNO ANTÔNIO AZEVEDO BORBA
PROF. ORIENTADOR: ME. ALEXANDRE MÁRIO DE OLIVEIRA

© SALÃO DO JÚRI - BLOCO C - UNIPAM
INSCRIÇÕES EM
[UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR](https://www.unipam.edu.br)
INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

 Subseção de
Patos de Minas

FEPAM UNIPAM

15ª SEMANA DA
**PESQUISA
JURÍDICA**
(30 OUT - 1º NOV)

30 DE OUTUBRO
QUINTA-FEIRA
19H30
**A REFORMA DO
CÓDIGO CIVIL NO
DIREITO DAS
FAMÍLIAS.**

DRA. PATRÍCIA GORISCH

© CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS DO UNIPAM
INSCRIÇÕES EM
[UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR](https://www.unipam.edu.br)
INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

 Subseção de
Patos de Minas

FEPAM UNIPAM

15ª SEMANA DA
**PESQUISA
JURÍDICA**
(30 OUT - 1º NOV)

30 DE OUTUBRO
QUINTA-FEIRA
20H30
**O ACESSO À JUSTIÇA
E A ATUAÇÃO
UNIFORMIZADORA
DA JURISPRUDÊNCIA
PELOS TRIBUNAIS**

DR. LEONARDO NUNES

© CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS DO UNIPAM
INSCRIÇÕES EM
[UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR](https://www.unipam.edu.br)
INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

 Subseção de
Patos de Minas

PROGRAMAÇÃO MINICURSOS – 31/10/2024

FEPAM UNIPAM

15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA
(30 OUT - 1º NOV)

31 DE OUTUBRO
QUINTA-FEIRA
9H
MINICURSO

**OS REFLEXOS DA BUSCA E
APREENSÃO DOMICILIAR
IRREGULAR À LUZ DO
PROCESSO PENAL
BRASILEIRO NOS CASOS DE
TRÁFICO DE DROGAS**

ALUNA: GABRIELA VEIGA COELHO
PROF. ORIENTADOR: ME. PAULO HENRIQUE R. MOREIRA

© SALÃO DO JÚRI - BLOCO C - UNIPAM

INSCRIÇÕES EM
UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR

INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

Subseção de
Patos de Minas

FEPAM UNIPAM

15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA
(30 OUT - 1º NOV)

31 DE OUTUBRO
QUINTA-FEIRA
10H
MINICURSO

**NOS TRIBUNAIS DE JEOVÁ:
RELIGIÃO, DIREITO E
LITERATURA EM "A BALADA
DE ADAM HENRY"**

ALUNO: SAMUEL REIS MEDEIROS MOTA GRUPO DE ESTUDOS
DIREITO E LITERATURA
PROFS. ORIENTADORES: ME. HELEN CORRÊA SOLIS NEVES E

© SALÃO DO JÚRI - BLOCO C - UNIPAM

INSCRIÇÕES EM
UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR

INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

Subseção de
Patos de Minas

FEPAM UNIPAM

15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA
(30 OUT - 1º NOV)

31 DE OUTUBRO
QUINTA-FEIRA
19H30
POR TRÁS DA CENA DO
CRIME: UMA ANÁLISE
CRIMINOLÓGICA DO
DOCUMENTÁRIO
"VÍTIMA INVISÍVEL"

TIAGO LENOIR

© CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS DO UNIPAM

INSCRIÇÕES EM
UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR

INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

Subseção de
Patos de Minas

FEPAM UNIPAM

15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA
(30 OUT - 1º NOV)

31 DE OUTUBRO
QUINTA-FEIRA
20H30
O CONSELHO NACIONAL DA
JUSTIÇA E A LITIGIOSIDADE
TRABALHISTA: O PROBLEMA
FOI ADEQUADAMENTE
ENFRENTADO?

MARCO AURÉLIO MARSIGLIA TREVISÓ

© CENTRO DE CONVENÇÕES E EVENTOS DO UNIPAM

INSCRIÇÕES EM
UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR

INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

Subseção de
Patos de Minas

PROGRAMAÇÃO MINICURSOS – 01/11/2024

FEPAM @ UNIPAM

15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA
(30 OUT - 1º NOV)

01 DE NOVEMBRO
8H
MINICURSO

**INVESTIGAÇÃO DA
RELAÇÃO ENTRE A TEORIA
DE HANS Kelsen E O
NAZISMO: NOVOS OLHARES**

ALUNA: JOÃO PAULO DE OLIVEIRA COSTA
PROF. ORIENTADORA: ME. HELEN CORRÊA SOLIS NEVES

📍 SALÃO DO JÚRI - BLOCO C - UNIPAM

INSCRIÇÕES EM
UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR

INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

Subseção de
Patos de Minas

FEPAM @ UNIPAM

15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA
(30 OUT - 1º NOV)

01 DE NOVEMBRO
9H
MINICURSO

**A CONCILIAÇÃO NO
PROCESSO DE REPACTUAÇÃO
DE DIVIDAS DO
SUPERENDIVIDAMENTO**

ALUNA: SOFIA DE DEUS
PROF. ORIENTADOR: ME. RODRIGO DE CARVALHO ASSUMÇÃO

📍 SALÃO DO JÚRI - BLOCO C - UNIPAM

INSCRIÇÕES EM
UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR

INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

Subseção de
Patos de Minas

FEPAM @ UNIPAM

15ª SEMANA DA
PESQUISA
JURÍDICA
(30 OUT - 1º NOV)

01 DE NOVEMBRO
10H
MINICURSO

**CONSTRUINDO UM SERIAL
KILLER: A CORRELAÇÃO ENTRE A
PARENTALIDADE NEGATIVA E O
DESENVOLVIMENTO DE PSICOPATAS
ASSASSINOS EM SÉRIE**

ALUNA: GIOVANNA DE ASSIS FERREIRA RODRIGUES
PROF. ORIENTADORA: ME. PATRÍCIA DE FÁTIMA PANTALEÃO

📍 SALÃO DO JÚRI - BLOCO C - UNIPAM

INSCRIÇÕES EM
UNIEVENTOS.UNIPAM.EDU.BR

INVESTIMENTO DE
R\$40 (ALUNOS) | R\$80 (PROFISSIONAIS)

Subseção de
Patos de Minas

RELAÇÃO DE RESUMOS - PÔSTER

A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO CAMPO DO DIREITO E SUAS INFLUÊNCIAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Janine Almeida Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
janineas@unipam.edu.com

Italo Gabriel Marques Caixeta
Discente de Direito (UNIPAM)
italocaixeta@unipam.edu.com

Matheus de Souza Vaz
Discente de Direito (UNIPAM)
matheussvaz@unipam.edu.com

A inteligência artificial (IA) no direito está transformando diversas práticas jurídicas, oferecendo novas ferramentas para advogados, juízes e partes envolvidas nos processos judiciais. O objetivo deste trabalho é analisar como a IA pode transformar práticas jurídicas no Brasil, identificando benefícios e desafios associados à sua implementação, e discutir seu impacto na eficiência e no acesso à justiça. A crescente complexidade do sistema jurídico e a demanda por maior eficiência impulsionam a busca por soluções tecnológicas. A IA promete não apenas otimizar processos, mas também democratizar o acesso à justiça. No contexto brasileiro, em que muitos ainda enfrentam barreiras para acessar serviços jurídicos, a IA pode representar uma mudança significativa. A análise revelou que a IA pode trazer diversos benefícios ao direito brasileiro. Entre eles estão: eficiência operacional, melhoria no acesso à Justiça e análise preditiva. Também carrega vários desafios, como questões éticas e de privacidade, necessidade de regulamentação, capacitação profissional. A inteligência artificial tem o potencial de revolucionar o sistema jurídico brasileiro, melhorando a eficiência, acessibilidade e transparência. No entanto, sua implementação deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre questões éticas e regulatórias. A formação e a capacitação dos profissionais do direito são fundamentais para garantir que a IA seja utilizada de maneira responsável e benéfica. Assim, é crucial que o Brasil desenvolva uma abordagem equilibrada que maximize os benefícios da IA, enquanto mitiga seus desafios, promovendo um sistema jurídico mais justo e eficiente.

A CONSTITUCIONALIDADE DO IRDR 91: A OBRIGATORIEDADE DA TENTATIVA DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL EM RELAÇÕES CONSUMERISTAS E O ACESSO À JUSTIÇA

Cecília Gomes Rocha
Discente de Direito (UNIPAM)
ceciliagr@unipam.edu.br

Isabella Cristhina Gomes da Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
isabellacrishina@unipam.edu.br

Mariana Costa de Melo Faria
Discente de Direito (UNIPAM)
marianafaria@unipam.edu.br

O presente estudo visa analisar a constitucionalidade do tema 91 do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que impôs como exigência para o ajuizamento de ações consumeristas a prévia tentativa de solução extrajudicial, por canais de auxílio ao consumidor. A decisão tem por fundamento uma sociedade cujo sistema judiciário é moroso e sobrecarregado, visando promover as resoluções extrajudiciais para conflitos e, conseqüentemente, aliviar a jurisdição. Ainda assim, diante do direito constitucional do acesso à justiça, questionam-se quais alternativas são válidas para alcançar um sistema judiciário eficaz de modo a não obstar tal acesso. Portanto, o estudo tem como objetivos específicos: a) analisar os fundamentos do IRDR 91 do TJMG; b) entender seus impactos nas relações consumeristas, com foco no âmbito bancário; c) traçar os limites entre a necessidade de uma jurisdição eficaz e o direito do acesso à justiça; d) verificar como o IRDR tem sido aplicado nas decisões recentes; e) apontar implicações práticas para lidar com a decisão, sobretudo na advocacia. Para alcançá-los, o presente artigo pautou-se no método dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica, validação histórica e amparo doutrinário e jurisprudencial. Conclui-se que deve haver uma ponderação acerca dos limites da intervenção judiciária no acesso à justiça, posto que é um direito constitucional que deve ser preservado, seja na eficiência jurisdicional, seja na ausência de impedimentos, para que os cidadãos o exerçam.

Palavras-chave: IRDR; relações consumeristas; acesso à justiça; Direito Constitucional.

A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS NA LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ana Lavínia Nunes de Castro
Discente de Direito (UNIPAM)
analnc@unipam.edu.br

Gustavo Henrique Ferreira Rosa
Discente de Direito (UNIPAM)
gustavohfr@unipam.edu.br

Thiago da Silva Melo
Discente de Direito (UNIPAM)
thiagosmelo@unipam.edu.br

O presente trabalho analisa a eficácia das medidas protetivas instituídas pela Lei Maria da Penha, destacando os obstáculos que ainda persistem na proteção integral das mulheres vítimas de violência doméstica. Desde sua criação, em 2006, a Lei n.º 11.340 trouxe avanços inegáveis no enfrentamento da violência de gênero, estabelecendo mecanismos como as medidas protetivas de urgência. Entre essas medidas, destacam-se o afastamento do agressor da residência e a proibição de qualquer forma de contato com a vítima. No entanto, mesmo com esses dispositivos legais, muitas mulheres continuam vulneráveis, já que a aplicação das medidas esbarra em limitações institucionais e estruturais. Diante dessa realidade, o estudo questiona a real eficiência das medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha e busca identificar os principais obstáculos para sua implementação plena. Em que medida essas medidas realmente protegem as mulheres em situação de risco? Quais são os entraves encontrados no cumprimento das decisões judiciais que visam garantir sua segurança? Com base nessas indagações, o trabalho visa compreender de que maneira o sistema jurídico e as políticas públicas podem ser aperfeiçoados para assegurar uma proteção mais efetiva. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar a efetividade das medidas protetivas de urgência previstas pela Lei Maria da Penha, a fim de identificar falhas e sugerir melhorias em sua aplicação. De forma mais específica, pretende-se: a) investigar o acesso das vítimas ao sistema de proteção e as dificuldades enfrentadas; b) verificar o cumprimento das medidas pelos agressores e o papel das autoridades no monitoramento; c) analisar os desafios do Judiciário e das forças policiais na fiscalização. A metodologia adotada consiste em pesquisa qualitativa, baseada em revisão de literatura sobre a Lei Maria da Penha, análise de jurisprudência e casos reais, além de dados estatísticos sobre a aplicação das medidas protetivas. A literatura jurídica oferece perspectivas divergentes sobre a efetividade das medidas. Enquanto alguns estudiosos argumentam que a lei fornece instrumentos robustos, outros apontam falhas em sua implementação, como a falta de recursos e a ausência de mecanismos de controle rigorosos, como as tornozeleiras eletrônicas. A lentidão do sistema judicial e a burocracia também comprometem a urgência necessária, deixando as vítimas em risco. Portanto, conclui-se que, embora a Lei Maria da Penha represente um avanço significativo na proteção das mulheres, a efetividade das medidas protetivas ainda encontra obstáculos no campo prático. Para que essa legislação cumpra plenamente seu papel, é necessário investir em uma melhor estrutura de monitoramento e fiscalização das ordens judiciais, além de fomentar a capacitação contínua dos profissionais envolvidos no atendimento às vítimas. Campanhas educativas e iniciativas voltadas para a conscientização da sociedade sobre a importância da denúncia e da prevenção da violência de gênero são igualmente fundamentais para reforçar a segurança das mulheres.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; medidas protetivas; violência de gênero; efetividade; políticas públicas.

A EFETIVIDADE DOS MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO

Lívia Andalécio Mendes

Discente de Direito (UNIPAM)

liviaam@unipam.edu.br

Lucas Gabriel Silva Gomes

Discente de Direito (UNIPAM)

lucasgsgomes@unipam.edu.br

O estudo tem por tema a efetividade dos meios adequados para solução de conflitos no sistema processual brasileiro. O judiciário tem enfrentado uma sobrecarga de processo nos últimos anos, o que é resultado de uma judicialização crescente, que leva a um excesso de demandas e uma morosidade nas soluções de conflitos. O objetivo principal é compreender como essas alternativas podem, de fato, auxiliar a diminuição da sobrecarga do Judiciário. A importância deste estudo se encontra justamente na urgência de achar soluções práticas e eficientes, considerando a lentidão e ineficiência que frequentemente marcam o sistema processual brasileiro, e também a compreensão de que nem todo conflito necessita do judiciário para sua solução. Para alcançar os objetivos propostos, o estudo utilizou como metodologia a pesquisa teórica, baseando-se no método dedutivo e tendo como principal técnica a revisão bibliográfica de monografias, manuais acadêmicos e artigos científicos. Ao longo da pesquisa, foi possível comparar os métodos extrajudiciais com o processo tradicional, destacando os pontos fortes e as limitações de cada um, incluindo questões como a confiança das partes nesses métodos e a capacitação adequada de profissionais. A conclusão aponta que os meios adequados, apesar de sua crescente implementação e das reformas legais que os promovem, ainda enfrentam obstáculos relacionados à cultura jurídica brasileira e à resistência de alguns setores à adoção plena dessas práticas. Contudo, esses mecanismos apresentam grande potencial para aumentar a eficiência do sistema processual, desde que haja maior incentivo ao seu uso e aperfeiçoamento da sua aplicação.

Palavras-chave: Judiciário; sobrecarga; conflitos; sistema processual.

A INIBIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO TRABALHISTA: O DILEMA DO TRABALHADOR ENTRE JUSTIÇA E REPUTAÇÃO PROFISSIONAL

Carlos Eduardo Gonçalves de Oliveira
Discente de Direito (UNIPAM)
carlosego@unipam.edu.br

Jhonatan Dellano Machado Teixeira
Discente de Direito (UNIPAM)
jhonatandellano@unipam.edu.br

Paulo Júnio Moreira Fonseca
Discente de Direito (UNIPAM)
paulojmf@unipam.edu.br

O presente estudo aborda a inibição do direito de ação trabalhista, explorando o dilema enfrentado pelo trabalhador entre buscar a justiça por meio de uma ação judicial e preservar sua reputação profissional. No cenário trabalhista brasileiro, observa-se que, ainda que o empregado tenha motivos legítimos para processar a empresa, o medo de sofrer represálias ou ser estigmatizado no mercado de trabalho o leva a abrir mão de seus direitos. Essa questão é particularmente relevante quando se considera que o direito de ação é uma garantia constitucional, mas, na prática, enfrenta barreiras culturais e sociais que dificultam seu pleno exercício. A principal questão deste estudo é até que ponto o receio de prejudicar sua reputação inibe o trabalhador de buscar a justiça trabalhista. Adicionalmente, pergunta-se: quais mecanismos legais existem para proteger o trabalhador contra essas represálias e qual é a eficácia dessas medidas na prática? O dilema entre justiça e reputação coloca o trabalhador em uma posição de vulnerabilidade, levantando dúvidas sobre a efetividade das proteções legais disponíveis no Brasil. Assim, o objetivo geral do estudo é analisar as consequências dessa inibição do direito de ação e as barreiras impostas ao acesso à justiça nas relações de trabalho. Os objetivos específicos incluem: a) investigar a cultura empresarial brasileira e sua influência sobre a decisão do trabalhador de acionar judicialmente a empresa; b) analisar os dispositivos legais destinados a proteger o trabalhador contra retaliações e avaliar sua aplicação no cotidiano das relações trabalhistas; c) estudar a jurisprudência e casos concretos em que trabalhadores foram prejudicados ao exercer seu direito de ação; d) avaliar alternativas jurídicas e sociais que possam garantir um equilíbrio entre a proteção dos direitos trabalhistas e a manutenção da reputação profissional do trabalhador. A metodologia utilizada inclui pesquisa teórica, com base no método dedutivo. O estudo contará com revisão bibliográfica de artigos, legislações trabalhistas e análise de jurisprudência. O debate doutrinário revela uma divergência sobre a eficácia das leis que protegem o trabalhador contra retaliações. Não há, na legislação brasileira, uma estabilidade provisória para trabalhadores que movem uma ação judicial contra a empresa. Parte da doutrina acredita que os mecanismos já existentes, como o segredo de justiça e algumas proteções específicas para gestantes ou membros da CIPA, são insuficientes para combater o estigma associado à ação judicial. Esse estigma é especialmente prejudicial em setores competitivos, em que a reputação tem um peso significativo. Conclui-se que, embora o direito de ação seja garantido constitucionalmente, sua inibição no campo trabalhista compromete o exercício dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Como solução, sugere-se a criação de políticas públicas mais eficazes, campanhas de conscientização e mecanismos robustos de proteção contra represálias, permitindo ao trabalhador buscar justiça sem temer por sua carreira.

Palavras-chave: direito de ação; reputação profissional; justiça trabalhista; retaliação; mercado de trabalho.

A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO AGENTE POLUIDOR

Felipe Luiz Santiago
Discente de Direito (UNIPAM)
felipes@unipam.edu.br

Felype Augusto Roquete Dias
Discente de Direito (UNIPAM)
felypeard@unipam.edu.br

Vitor Cândido Guimarães
Discente de Direito (UNIPAM)
vitorcrg@unipam.edu.br

Pesquisas sobre a responsabilidade civil ambiental são de extrema relevância diante da crescente preocupação global com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. No contexto brasileiro, em que os recursos naturais desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social, é necessário garantir que as atividades econômicas sejam realizadas de forma a mitigar danos ambientais. A metodologia utilizada nesta pesquisa seguiu uma abordagem analítica e documental, com foco na interpretação crítica de textos legislativos e regulamentares, bem como na revisão de literatura acadêmica e doutrinária sobre responsabilidade civil ambiental. Foram examinados textos legais fundamentais, como tratados internacionais, que influenciam a Política Nacional do Meio Ambiente, além de outras normativas relacionadas à preservação ambiental e à responsabilização por danos. A responsabilidade civil ambiental é fundamental na preservação do meio ambiente, regido por princípios como o do poluidor-pagador, que obriga quem causa danos ao meio ambiente a arcar com os custos dos componentes. Esse princípio visa estimular práticas específicas ao meio ambiente ao internalizar os custos ambientais nas atividades econômicas. No Brasil, a responsabilidade ambiental é regulamentada por leis como a Lei n. 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Existem dois tipos principais de responsabilidade civil ambiental: a objetiva, baseada na Teoria do Risco, em que não é necessária a comprovação de culpa, apenas a conexão entre o dano e a atividade poluidora; e a subjetiva, que exige prova de culpa ou dolo e é aplicado em situações de menor risco ambiental. O trabalho também explora formas de reposição de danos ambientais, como as peças in natura, que buscam restaurar o meio ambiente ao estado original, e a compensação ambiental, usada quando a restauração direta não é viável. A aplicação da Teoria do Risco é central para garantir que aqueles que criam riscos ao meio ambiente sejam responsabilizados, incentivando práticas mais sustentáveis e contribuindo para a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

Palavras-chave: dano ambiental; poluidor-pagador; Direito Ambiental; Teoria do Risco; meio ambiente.

A RESPONSABILIDADE DO INFLUENCIADOR DIGITAL ACERCA DA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS

Fernanda Mariano Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
fernandamsilva@unipam.edu.br

Maira Ribeiro Cunha
Discente de Direito (UNIPAM)
mairarc@unipam.edu.br

Saulo Santos
Professor orientador (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

O estudo tem por temática principal a responsabilidade do influenciador digital acerca da divulgação de campanhas de arrecadação de fundos para causas sociais. Uma vez que há uma crescente visibilidade dos influenciadores digitais na sociedade contemporânea, as redes sociais se transformam cada vez mais em plataformas diretas de influência, tornando-se um dos meios mais utilizados para a promoção de campanhas mobilizadoras, principalmente as que possuem causas sociais envolvidas que necessitam da angariação de valores para sua realização. Diante desse cenário, é evidente a responsabilidade do influenciador digital em agir com transparência, credibilidade e, posteriormente, prestar contas a todos que doaram e participaram ativamente da campanha, visto que ele age como um agente de transformação social, utilizando sua influência para mobilizar recursos e apoiar causas diversas. Dessa forma, surge então uma problemática principal: qual a responsabilidade do influenciador digital na divulgação de campanhas com fins sociais e arrecadação de recursos? O presente estudo tem como objetivo esclarecer os aspectos legais envolvidos com essa responsabilidade, expor o papel e os limites das plataformas digitais e as implicações éticas da influência digital em campanhas de arrecadação. Para atingir os objetivos propostos, o estudo adotou como metodologia a pesquisa teórica e científica, pautando-se no método dedutivo e utilizando como técnica principal a revisão bibliográfica de casos reais, manuais acadêmicos, artigos científicos e julgados do Poder Judiciário sobre o tema. Em suma, a discussão envolve a falta de regulamentação específica acerca das campanhas realizadas pelos influenciadores por meio das plataformas digitais, a dificuldade de verificação da idoneidade das organizações beneficiárias e da credibilidade das informações que envolvem o destino dos recursos e o potencial que os influenciadores possuem de mobilizar a sociedade e gerar um impacto social significativo. Na mesma medida em que o amplo alcance que os influenciadores possuem em suas redes sociais traz engajamento, visibilidade e agilidade na mobilização de pessoas acerca das campanhas, isso pode também implicar comportamentos oportunistas, na propagação de desinformação e na falta de transparência e boa-fé dos envolvidos. Portanto, é fundamental assegurar que os influenciadores e as organizações envolvidas atuem de forma ética e responsável, garantindo a transparência, a legitimidade e a proteção dos doadores, afastando a má-fé por meio da responsabilização civil dos influenciadores digitais e da regularização do uso das redes sociais para a visibilidade de diversas causas.

Palavras-chave: campanhas; causas sociais; influenciador digital; redes sociais; responsabilidade civil.

A VULNERABILIDADE DOS IDOSOS DIANTE DA PUBLICIDADE ENGANOSA: SEUS IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS

Ana Luísa Silva Soares
Discente de Direito (UNIPAM)
anasoares1@unipam.edu.br

Laura Araújo de Sousa Leles
Discente de Direito (UNIPAM)
lauraaraujo1@unipam.edu.br

Saulo Santos
Professor orientador (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

No cenário atual, em que a informação circula em um ritmo vertiginoso e as estratégias de marketing se tornam cada vez mais sofisticadas, a população idosa emerge como um grupo particularmente vulnerável às artimanhas da publicidade enganosa. O estudo busca explorar as nuances dessa vulnerabilidade, investigando como as práticas publicitárias fraudulentas impactam a vida cotidiana dos consumidores seniores, cujas fragilidades cognitivas e emocionais podem ser exploradas de maneira insidiosa. A relevância desta pesquisa se fundamenta na necessidade premente de proteger um segmento da sociedade que frequentemente se vê à mercê de táticas comerciais desleais, resultando em prejuízos financeiros e danos à saúde mental. A metodologia empregada consiste em uma análise teórica abrangente, sustentada por uma revisão bibliográfica rigorosa e pela avaliação de jurisprudência relevante, com o objetivo de esclarecer a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor. A discussão revela que a falta de clareza e a opacidade nas informações publicitárias contribuem para a desinformação dos idosos, levando a decisões de consumo prejudiciais e, em muitos casos, irreversíveis. As conclusões ressaltam a urgência de implementar iniciativas que promovam a educação financeira e a conscientização sobre os direitos do consumidor, visando mitigar os efeitos adversos da publicidade enganosa sobre essa população vulnerável.

Palavras-chave: publicidade enganosa; idosos; direitos do consumidor; vulnerabilidade. educação financeira.

ABARROTAMENTO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS PARA O EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA

Luísa De Freitas Paiva

Discente de Direito (UNIPAM)

luisafp@unipam.edu.br

Mariana Fernandes Silva

Discente de Direito (UNIPAM)

marianafs@unipam.edu.br

O presente estudo possui como tema o abarrotamento do sistema judiciário brasileiro, o qual constitui um problema evidente. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao final do ano de 2023 eram 83,8 milhões de processos em tramitação, frente a 35 mi que foram julgados ao longo do ano. No Judiciário brasileiro, são 91 tribunais, 18.265 juízes e 275.581 servidores. A pesquisa é de natureza qualitativa, fazendo-se revisão bibliográfica e levantamento de dados. Em uma análise das causas desse quadro, aponta-se como principais o índice elevado de litígios, combinado a pouca utilização dos meios adequados de solução de conflitos, aliado a comportamentos como litigância habitual e predatória, decorrente de uma certa cultura de litigância presente no Brasil, junto a escassez de serventuários da Justiça culmina em um quadro problemático para o efetivo acesso à justiça no Brasil. Associado a este comportamento de excessiva judicialização, tem-se também um significativo déficit no que se refere à disponibilidade e à aplicação de outros meios de solução de conflitos, como a conciliação, a mediação e a arbitragem, meios os quais constituem uma das principais saídas para solução de litígios sem precisar demandar o judiciário e ter de lidar com todos os encargos decorrentes, no que se refere a onerosidade e maior delonga para se ter uma solução. Ainda outro aspecto relevante a ser observado para análise dessa problemática é o papel que o Estado, por meio de seus órgãos e entidades, exerce enquanto maior litigante, ao figurar como a parte mais recorrente em processos tanto no polo ativo quanto no passivo, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Investigou-se, também, se a enorme presença do Estado e de suas entidades como litigantes não decorria, em diversos casos, de deficiências nos procedimentos tidos por estas entidades, o que acabava por levar questões que poderiam ser resolvidas no campo administrativo à judicialização, de modo que uma maior eficiência interna em órgãos e estes estatais poderia também ser um fator contribuinte para uma diminuição da participação do Estado em processos judiciais. Portanto, de modo geral, é possível concluir que o abarrotamento do poder judiciário é um grave impasse com diversas causas, como abordado anteriormente. Desta forma, provoca morosidade processual e impactando no acesso à justiça previsto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, o qual prevê que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Por assim ser, defende-se a necessidade de que haja reformulações estruturais e processuais que incentivem a procura por meios adequados e alternativos para a solução dos conflitos, como mediação, conciliação e arbitragem bem como uma maior utilização de ferramentas tecnológicas com a finalidade de agilizar os trâmites processuais. Isso tem como propósito, por intermédio de atos conjuntos do Estado, dos operadores do direito e de toda a sociedade em geral, fazer com que seja alcançada uma justiça eficiente e tempestiva que atenda as demandas de maneira justa, de modo a não violar os direito fundamental do acesso à justiça.

Palavras-chave: abarrotamento do judiciário; litigância; acesso à justiça.

ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL: DESAFIOS E SOLUÇÕES

Carlos Henrique Trindade Pereira
Discente de Direito (UNIPAM)
carloshtp@unipam.edu.br

José Augusto Rodrigues Junior
Discente de Direito (UNIPAM)
josearj@unipam.edu.br

Júlio César da Silveira Ramos Júnior
Discente de Direito (UNIPAM)
juliosilveira@unipam.edu.br

Saulo Santos
Professor orientador (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

O estudo tem por temática central a dificuldade da população ao acesso da justiça no ordenamento jurídico brasileiro. O acesso à Justiça é um direito fundamental consagrado na Constituição Federal de 1988, que assegura a todos os cidadãos a possibilidade de reivindicar seus direitos e buscar a tutela jurisdicional. O direito torna-se ainda mais relevante em uma sociedade marcada por profundas transformações tecnológicas, políticas, econômicas e jurídicas. Entretanto, as desigualdades sociais e as falhas nas políticas públicas criam barreiras para que a população, especialmente a de baixa renda, tenha acesso pleno ao sistema judiciário. A morosidade processual e a falta de recursos humanos e materiais também dificultam a efetivação desse direito, ameaçando os princípios de igualdade e o cumprimento da lei. Surgem, então, as seguintes problemáticas: como garantir o efetivo acesso à Justiça para todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, diante das barreiras econômicas, sociais e estruturais que ainda persistem no sistema judiciário brasileiro? Quais são os principais obstáculos para o pleno acesso à Justiça no Brasil? Quais mecanismos podem ser implementados para tornar o sistema judiciário mais acessível e eficiente para todos os cidadãos? O estudo adotou como metodologia a pesquisa teórica, pautando-se no método dedutivo e utilizando como técnica de pesquisa principal a revisão bibliográfica de monografias, manuais acadêmicos, artigos científicos e julgados do Poder Judiciário. A discussão do respectivo estudo gira em torno do direito de acesso à Justiça, envolvendo três fases interligadas: a entrada para reivindicar um direito, os trâmites processuais e a resolução do conflito. No entanto, a pesquisa aponta que a morosidade do sistema e as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, limitam a concretização desse direito. A desigualdade de renda agrava o problema, pois pessoas em situação de pobreza têm menos condições de acessar a Justiça, devido a custos processuais e à falta de informações sobre seus direitos. Mecanismos como a conciliação, mediação e arbitragem são apontados como alternativas eficazes para a resolução de conflitos, pois promovem uma solução mais célere e colaborativa. No entanto, a pesquisa destaca que, para que esses mecanismos sejam amplamente utilizados, é necessário que o poder

público invista em políticas de conscientização e que melhore a estrutura dos órgãos judiciais, especialmente em relação às Defensorias Públicas, que desempenham um papel crucial no atendimento aos mais necessitados. O acesso à Justiça é um direito essencial para a concretização dos demais direitos fundamentais. No entanto, o sistema judiciário brasileiro ainda enfrenta grandes desafios para garantir que esse direito seja plenamente exercido por todos os cidadãos. Embora existam avanços, como a criação de Defensorias Públicas e Juizados Especiais, é necessário investir em melhorias estruturais e no uso de mecanismos alternativos para a resolução de conflitos. Assim, será possível diminuir a distância entre os cidadãos e o Judiciário, promovendo uma Justiça mais célere, acessível e eficaz, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Palavras-chave: desigualdade social; tutela jurisdicional; eficiência; meios alternativos.

APLICABILIDADE DA TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA EM PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Juliana Santana de Araújo
Discente de Direito (UNIPAM)
julianasa@unipam.edu.br

Lowrrany Cristine Martins Ferreira
Discente de Direito (UNIPAM)
lowrranycristine@unipam.edu.br

Maria Carolina Freitas Silva Araújo
Discente de Direito (UNIPAM)
mariacfsa@unipam.edu.br

O estudo tem por temática central a análise da aplicabilidade da Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada em Processo Penal Brasileiro, direcionada para a análise principal da Teoria Geral do Processo. O princípio (em inglês, “fruits of the poisonous tree”) corresponde à teoria norte-americana do fruto da árvore envenenada, que foi desenvolvida pela doutrina americana nas décadas de 1920 e 1930, defendendo que todas as provas decorrentes de prova ilícita são contaminadas por tal vício. Essa teoria foi introduzida pelo ordenamento jurídico brasileiro em 2008 pela Lei nº 11.690, porém contendo algumas oposições doutrinárias, diante de questões processuais. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo compreender a natureza e a dinâmica de tal teoria, questionando a moralidade, a ilicitude e o que levou o legislador brasileiro a adotá-la no ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa será dividida em três partes. A primeira será direcionada para a natureza e a origem histórica da Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada. Em segunda análise, examina a aplicabilidade da Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada no Brasil, expondo os antecedentes da Teoria no país e analisando a adaptação da Teoria Originária do sistema Common Law norte-americano para o sistema Civil Law brasileiro. Em terceira divisão, exploração da carga moral e a dimensão legal da Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada, além de discutir os aspectos positivos e negativos da Teoria para a sociedade brasileira. A Constituição da República de 1988 assegura o direito de ação e o devido processo legal e, ainda, garante à outra parte o contraditório e ampla defesa. Diante disso, tanto o réu quanto o autor, tentarão de todas as formas provar para o juiz competente a veracidade dos fatos alegados. Portanto, o direito à prova é um princípio constitucional que se revela como garantia do direito de ação, do contraditório e da ampla defesa. Porém, o art. 5º, LVI, da CR/88, diz expressamente que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. Em suma, as provas produzidas com violação de garantias constitucionais, como o direito à intimidade e à integridade física, são inadmissíveis. Todavia, por mais que a teoria seja a regra geral, houve casos concretos no Brasil, em que as provas obtidas por meios ilícitos foram aceitas, por se tratarem de um interesse público e extremamente graves, em que estava em risco valores essenciais e constitucionalmente garantidos, fazendo-se, que levasse em análise o Princípio da Publicidade dos Atos Processuais e o Princípio da Instrumentalidade das Formas. Conclui-se, portanto que a Teoria dos

Frutos da Árvore Envenenada é de elevada importância para a garantia do Princípio do Devido Processo Legal, sendo este basilar para o Estado Democrático de Direito, pois impede abusos que poderiam ser praticados pelos agentes estatais, garantindo a liberdade e a dignidade dos cidadãos. Porém, não se deve levar este princípio de maneira absoluta e inflexível, devendo ser ponderado no caso concreto quando houver conflito com outros princípios fundamentais, correndo-se risco de cometer-se injustiças.

Palavras-chave: Teoria da Árvore Envenenada; Processo Penal; Estado Democrático de Direito.

AS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES IMPUTADAS AO CONSELHO TUTELAR

Gabriela Andrade dos Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
gabrielaa@unipam.edu.br

Juan Felipe Cardoso dos Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
juanfcs@unipam.edu.br

Liliane Correa Alves
Discente de Direito (UNIPAM)
lilianealves@unipam.edu.br

O estudo analisa o papel do Conselho Tutelar, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela Lei n. 8.069/1990, na proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Como um órgão autônomo e permanente, suas atribuições vão além da orientação familiar, abrangendo responsabilidades decisivas em situações de risco, negligência, abuso e violação de direitos. Conforme descrito no artigo 136 do ECA, o Conselho Tutelar tem como principais atribuições a aplicação de medidas protetivas em casos de violação de direitos, como encaminhamentos para serviços de saúde e educação, aconselhamento aos responsáveis e, quando necessário, a requisição de medidas judiciais. Além disso, o Conselho deve atuar preventivamente, monitorando e fiscalizando a aplicação das políticas públicas voltadas à infância, garantindo que as necessidades dos jovens sejam atendidas de forma eficaz. Um aspecto central é a limitação da atuação do Conselho, que, apesar de ser independente, não possui funções judiciais ou executivas. Seu papel é de intermediário, assegurando que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados, frequentemente exigindo ações de outros órgãos para a implementação das medidas protetivas. A integração do Conselho com serviços de proteção, como escolas e unidades de saúde, é crucial para garantir respostas rápidas em casos de violação de direitos, promovendo um trabalho colaborativo que potencialize os resultados das ações de proteção. No entanto, sua atuação enfrenta desafios significativos, como a sobrecarga de casos, a falta de recursos e a necessidade de formação contínua dos conselheiros, fatores que podem comprometer a eficácia de suas ações. Por fim, as atribuições e responsabilidades do Conselho Tutelar são essenciais para a proteção da infância e adolescência, sendo necessário um funcionamento articulado entre os diversos atores do sistema de proteção, incluindo o Judiciário e a sociedade civil. O fortalecimento das condições de trabalho e a capacitação dos conselheiros são vitais, pois a atuação preventiva e protetiva do Conselho é indispensável para garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados e protegidos em todas as esferas da sociedade.

Palavras-chave: atuação; Conselho Tutelar; ECA; responsabilidades.

ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DO CYBERBULLYING

André Bontempo Rocha Carvalho
Discente de Direito (UNIPAM)
andrebon tempo@unipam.edu.br

Eduardo Alves de Almeida
Discente de Direito (UNIPAM)
eduardoalmeida@unipam.edu.br

Fernanda Martins de Andrade
Discente de Direito (UNIPAM)
fernandama@unipam.edu.br

Geovane Batista Ramos
Discente de Direito (UNIPAM)
geovanebr@unipam.edu.br

Luís Gustavo Veloso Tavares
Discente de Direito (UNIPAM)
luistavares@unipam.edu.br

Maria Paula Rodrigues de Oliveira
Discente de Direito (UNIPAM)
mariapro@unipam.edu.br

Minelvino Gonçalves dos Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
minelvinosantos@unipam.edu.br

Moisés Avila da Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
moisesavila@unipam.edu.br

Otávio Ferreira Borges
Discente de Direito (UNIPAM)
otaviofborges@unipam.edu.br

Paola Fernandes Ferreira
Discente de Direito (UNIPAM)
paolaferreira@unipam.edu.br

Pollyana Aparecida Costa Ramos
Discente de Direito (UNIPAM)
pollyanacosta@unipam.edu.br

Selma Gonçalves Pereira
Discente de Direito (UNIPAM)
selmagp@unipam.edu.br

Sofia Stefany Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
sofiass@unipam.edu.br

Tiago Henrique Siqueira
Discente de Direito (UNIPAM)
tiago hs@unipam.edu.br

Vitória Mota Queiroz Fonseca
Discente de Direito (UNIPAM)
vitoriamotaqf@unipam.edu.br

Wânia Alves Ferreira Fontes
Professora orientadora (UNIPAM)
wania@unipam.edu.br

O presente trabalho tem por escopo analisar o cyberbullying como prática de intimidação, assédio ou agressão no ambiente virtual. No Brasil, a Lei n. 13.185/2015 trata da prevenção e combate ao bullying e ao cyberbullying no ambiente escolar. O Código Penal Brasileiro, em seus artigos 138, 139 e 140, menciona condutas que podem estar relacionadas ao cyberbullying, como calúnia, difamação e injúria, bem como o projeto de lei que visa alterar o Código Penal para inserir os art. 147-A e art. 147-B, trazendo de forma específica questões sobre a intimidação sistemática virtual. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, princípios que são violados em casos de cyberbullying. Nesse viés, com o aumento do uso da internet e das redes sociais, destaca-se que o cyberbullying se tornou um problema crescente entre jovens e adolescentes. O tema se mostra importante na medida em que se deve promover um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, ajudando a prevenir conflitos e fortalecer a atuação conjunta entre escolas, famílias e a sociedade na luta contra o cyberbullying.

Seguindo essa perspectiva, são definidos os diferentes papéis no cenário do cyberbullying: o agressor, a vítima, as testemunhas e os cúmplices ou apoiadores. O agressor é a pessoa que pratica o ato de bullying, muitas vezes motivada por problemas emocionais e psicológicos que também precisam de atenção. A vítima, por sua vez, sofre as consequências dessas ações, que podem ser devastadoras, a exemplo de ansiedade, depressão e problemas de desempenho escolar. Já as testemunhas e cúmplices têm um papel importante na prevenção e na denúncia dessas agressões, sendo responsáveis por relatar, apoiar a vítima e evitar a propagação do comportamento nocivo. Conclui-se o trabalho com uma perspectiva efetiva que oferece orientações práticas para lidar com casos de cyberbullying. O material descrito reforça a importância de uma educação digital sólida, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente e preparada para enfrentar os desafios do ambiente virtual, especialmente no contexto escolar. Com o intuito de alcançar os objetivos propostos pela investigação científica, a pesquisa teórica foi desenvolvida com a utilização do método dedutivo-bibliográfico.

Palavras-chave: cyberbullying; intimidação; educação digital; adolescentes.

ATIVISMO JUDICIAL E A DIVISÃO DE PODERES: OS LIMITES NECESSÁRIOS PARA A GARANTIA DA DEMOCRACIA

Clara Oliveira Soares
Discente de Direito (UNIPAM)
clarasoes@unipam.edu.br

Maria Eduarda Lima De Moraes
Discente de Direito (UNIPAM)
mariaelmoraes@unipam.edu.br

Maria Luiza Garcia Teixeira
Discente de Direito (UNIPAM)
mariagarcia@unipam.edu.br

O presente estudo tem como objetivo analisar o fenômeno do ativismo judicial e seus limites no contexto atual do Brasil, em que o Poder Judiciário tem assumido um papel cada vez mais ativo em questões políticas e sociais. A partir de uma perspectiva crítica, busca-se compreender como a atuação atípica dos tribunais pode impactar na separação dos poderes, interferindo em decisões que tradicionalmente caberiam ao Legislativo ou ao Executivo. Além disso, são discutidos os limites dessa intervenção, considerando os riscos para a democracia e a necessidade de preservar a legitimidade das instituições democráticas no país, segundo a Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: ativismo judicial; democracia; limites da intervenção; questões políticas.

BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DO USO DO CELULAR NA ESCOLA

Ana Laura Mendes dos Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
analaureams@unipam.edu.br

Andressa Larissa Barbosa
Discente de Direito (UNIPAM)
andressalarissa@unipam.edu.br

Arthur Gabriel de Oliveira Lima
Discente de Direito (UNIPAM)
arthurlima@unipam.edu.br

Jainy Alves de Sousa
Discente de Direito (UNIPAM)
jainyalves@unipam.edu.br

João Vithor Mendes Coelho
Discente de Direito (UNIPAM)
joaovithor@unipam.edu.br

Karen Cristina Prado dos Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
karen@unipam.edu.br

Luís Inácio Santos e Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
luisises@unipam.edu.br

Maria Luísa Gonçalves Queiroz
Discente de Direito (UNIPAM)
marialgqueiroz@unipam.edu.br

Matheus Henrique Vaz Braga
Discente de Direito (UNIPAM)
matheusvaz1@unipam.edu.br

Nathália Moreira Diniz
Discente de Direito (UNIPAM)
nathaliadiniz@unipam.edu.br

Raiane Andrade da Rocha
Discente de Direito (UNIPAM)
raiane@unipam.edu.br

Ryan Victhor Braga Alves
Discente de Direito (UNIPAM)
ryan1@unipam.edu.br

Wânia Alves Ferreira Fontes
Professora orientadora (UNIPAM)
wania@unipam.edu.br

O presente artigo teve como objetivo discutir os malefícios e benefícios causados pelo uso de aparelhos celulares em sala de aula, os seus impactos no intelecto dos estudantes e possíveis maneiras de conciliação entre tecnologia e vida acadêmica, a fim de, em última análise, impulsionar a aprendizagem de alunos brasileiros através de novos métodos de ensino. Muito se sabe sobre os problemas, práticos e psicológicos, advindos do uso de smartphones em escolas, como a falta de atenção, o importuno de professores, obstáculo na aprendizagem, ansiedade, etc. Fato é que há, similarmente, diversos aspectos positivos em relação ao uso de aparelhos tecnológicos em sala de aula, e sabendo que no mundo atual se tornou impossível dissociar a internet do nosso cotidiano, é imprescindível que se busque maneiras de atenuar os males causado por este fenômenos através da integração de celulares com a educação, como o uso de aplicativos educativos e pesquisas online. Para a pesquisa, foi usado o método dedutivo com consulta bibliográfica a textos acadêmicos e jornalísticos. Concluiu-se que, apesar das dificuldades impostas pelos smartphones nas escolas, é necessário implementar o uso das tecnologias ao ensino a fim de o modernizar e o tornar mais democrático a todas as pessoas. As pessoas vivem em um contexto digital, no qual, inclusive, o mercado de trabalho se tornou mais exigente em relação ao *letramento digital* dos trabalhadores.

Portanto, é importante que os jovens estudantes sejam preparados pelas escolas para este mercado de trabalho competitivo e aprendam a manusear ferramentas e plataformas digitais o quanto antes.

Palavras-chave: celulares nas escolas; educação; tecnologia.

COMO A ARBITRAGEM E OS MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS COLABORAM PARA UMA MELHOR EFETIVIDADE DO SISTEMA JUDICIÁRIO

Ana Júlia Ferreira Soares
Discente de Direito (UNIPAM)
fanajulia2005@gmail.com

Carlos Eduardo Santos Osório
Discente de Direito (UNIPAM)
cadu.osorio@gmail.com

Saulo Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

O estudo tem como tema principal a arbitragem e os meios autocompositivos na efetividade do sistema judiciário. Há que se falar, em primeiro momento, que os objetivos das pesquisas feitas é deixar claro que existem outras formas de resolver conflitos além do método convencional. A arbitragem, por exemplo, tem se destacado pela sua capacidade de proporcionar decisões rápidas e especializadas, com a grande vantagem de que as partes podem escolher um árbitro que seja expert no assunto que está sendo discutido. Em contrapartida, os meios autocompositivos como a mediação e a conciliação visam garantir a colaboração e a comunicação entre as partes, incentivando soluções consensuais que atendam aos interesses de todos os envolvidos no conflito. Posto isso, vale deixar evidente que existe uma ligeira diferença entre esses meios, já que a mediação visa facilitar o diálogo entre as partes, ajudando-as a identificar o ponto de convergência e a construir um acordo mutuamente satisfatório; já na conciliação, o conciliador sugere soluções e orienta as partes na busca por um entendimento, tornando o processo mais dinâmico. A adoção desses métodos apresenta diversas vantagens, como a redução de sobrecarga do sistema judiciário, a preservação das relações entre os envolvidos e uma maior eficiência na resolução dos conflitos. No Brasil a Lei de Arbitragem (Lei n. 9.307/1996) e o Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015) têm sido marcos regulatórios importantes para a institucionalização e o fortalecimento desses métodos. Em decorrência disso, as empresas, de modo geral, têm reconhecido a eficácia da arbitragem e dos meios autocompositivos, integrando cláusulas específicas em seus contratos que estabelecem a resolução de eventuais conflitos por esses meios. Nesse contexto, a arbitragem e os meios autocompositivos não apenas contribuem para a eficiência do sistema jurídico, mas também promovem uma cultura de pacificação e diálogo, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e colaborativa. Em síntese, a arbitragem e os meios autocompositivos representam um avanço significativo na administração da justiça, destacando-se como instrumentos indispensáveis na resolução moderna de conflitos.

Palavras-chave: eficiência na resolução de conflitos; meios autocompositivos; soluções consensuais; mediação; conciliação.

CONSEQUÊNCIAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO DIREITO BRASILEIRO

Layla Gonçalves Silverio
Discente de Direito (UNIPAM)
laylagoncalves@unipam.edu.br

Kaynan Gabriel Magalhães
Discente de Direito (UNIPAM)
kaynangm@unipam.edu.br

Paulo Viana Nunes
Discente de Direito (UNIPAM)
pauloviana@unipam.edu.br

O estudo tem como tema central a alienação parental no Direito Brasileiro, com ênfase nas crianças e adolescentes. Conforme estabelecido pela Lei n. 12.318/2010, a alienação parental acontece quando um dos progenitores ou tutores interfere na formação psicológica da criança ou adolescente, visando prejudicar a relação com o outro progenitor. Esse comportamento pode resultar em sérias implicações legais, com diversas ações determinadas pelo magistrado, dependendo da severidade da situação e da reiteração do ato. Com isso, como o Direito Brasileiro trata os casos em que ocorre a alienação parental? As respostas encontradas com este estudo respondem aos objetivos específicos do trabalho, que são: a) analisar as implicações jurídicas da alienação parental no Brasil; b) avaliar os impactos psicológicos e sociais da alienação parental nas crianças e adolescentes envolvidos; c) examinar a aplicação prática das sanções previstas na Lei da Alienação Parental. Foi adotada a pesquisa teórica, com foco no método dedutivo e utilizando como técnica de pesquisa principal a revisão bibliográfica de monografias, manuais acadêmicos e artigos científicos. De modo geral, a pesquisa buscou analisar a forma como a lei brasileira, em particular a Lei da Alienação Parental, aborda o fenômeno da alienação parental, destacando os mecanismos de proteção para crianças e adolescentes, bem como as sanções para o genitor alienador, sendo algumas delas: advertência judicial, de natureza educativa e multa ao alienador como forma de penalidade financeira. A pesquisa ofereceu uma avaliação abrangente dos elementos legais, psicológicos e sociais relacionados ao assunto.

Palavras-chave: alienação parental; Lei n.12.318/2010; implicações jurídicas; crianças; adolescentes; Direito brasileiro.

CRIMES DIGITAIS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Julia Camilly Machado Soares
Discente de Direito (UNIPAM)
juliacms@unipam.edu.br

Sheivia Natasha Gomes Dos Reis
Discente de Direito (UNIPAM)
sheiviagomes@unipam.edu.br

Os avanços tecnológicos e a ampliação da interação digital têm impulsionado a relevância dos crimes digitais e da proteção de dados pessoais no âmbito jurídico e social. O objetivo é analisar as principais condutas ilícitas cometidas no ambiente virtual, denominadas crimes cibernéticos, bem como as medidas legais e regulamentares que visam proteger os dados pessoais dos cidadãos, com foco na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A justificativa para o estudo reside na relevância dessas questões em um contexto de avanço tecnológico, no qual a segurança e a privacidade se tornaram preocupações centrais tanto para os indivíduos quanto para as organizações. Os crimes cibernéticos abrangem uma variedade de condutas ilegais perpetradas por meio de dispositivos eletrônicos e redes de computadores, como fraudes, invasões de sistemas e roubo de identidade, visando causar prejuízos econômicos e violar a privacidade. A promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em 2020 no Brasil reforçou a proteção dos dados pessoais, estabelecendo regras para o tratamento dessas informações e impondo responsabilidades às empresas. A LGPD visa proteger a privacidade dos cidadãos, exigindo consentimento para o uso dos dados, garantindo sua utilização apenas para finalidades legítimas e exigindo medidas de segurança para evitar acessos não autorizados. A interconexão digital crescente e a dependência da internet para atividades do dia a dia tornam a proteção de dados e a prevenção de crimes digitais uma questão de interesse coletivo. Torna-se essencial que empresas e governos adotem medidas rigorosas para prevenir ataques cibernéticos, assegurando a segurança e a privacidade das informações pessoais dos cidadãos. Nesse contexto, a discussão sobre crimes digitais e proteção de dados revela a necessidade de uma abordagem abrangente e eficaz para lidar com os desafios trazidos pela era digital. A implementação de estratégias de segurança cibernética, o fortalecimento das políticas de proteção de dados e a conscientização da sociedade sobre os riscos digitais são fundamentais para mitigar ameaças e promover um ambiente digital seguro e confiável. Em suma, a proteção de dados pessoais e o combate aos crimes digitais são questões complexas e urgentes que demandam a atenção e a ação de diversos atores, visando garantir a preservação da privacidade e a segurança das informações em um mundo cada vez mais conectado e digitalizado.

Palavras-chave: segurança cibernética. Direito Digital; regulamentação; privacidade; tecnologia.

CRIMES DIGITAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS MALEFÍCIOS DO USO IRREGULAR DOS MEIOS DIGITAIS POR ADOLESCENTES

Artur Fernandes

Discente de Direito (UNIPAM)
arthurf@unipam.edu.br

Fernanda Assunção

Discente de Direito (UNIPAM)
fernandasouza@unipam.edu.br

Fernanda Resende de Araújo

Discente de Direito (UNIPAM)
fernandararaujo@unipam.edu.br

Graciele Barbosa

Discente de Direito (UNIPAM)
gracielebarbosa@unipam.edu.br

Hugo Messias

Discente de Direito (UNIPAM)
hugoleonardo@unipam.edu.br

Isabel Ervite

Discente de Direito (UNIPAM)
isabelep@unipam.edu.br

Lucas Junio

Discente de Direito (UNIPAM)
lucascunha@unipam.edu.br

Maria Luiza Vieira de Paula

Discente de Direito (UNIPAM)
marialvp@unipam.edu.br

Rafaella Soares Nogueira

Discente de Direito (UNIPAM)
rafaellasn@unipam.edu.br

Romero Oliveira

Discente de Direito (UNIPAM)
earomero@unipam.edu.br

Wânia Alves Ferreira Fontes

Professora Orientadora
wania@unipam.edu.br

Com o advento das tecnologias digitais, houve mudanças diretas em diversos âmbitos da vida humana, como o social, visto que com o desenvolvimento da internet surgiram novas formas de comunicação e interação entre pessoas. Como consequência disso, o mau uso e acesso ilimitado à internet, principalmente por adolescentes, impulsionou o surgimento de crimes digitais. Por isso, o presente artigo visou a análise dos crimes digitais na sociedade brasileira e os malefícios do uso irregular dos meios digitais por adolescentes. Nesse âmbito, explorou-se o que são crimes digitais, tipos e quais os mais comuns, e como o uso das tecnologias digitais fomenta a prática desses crimes. Além disso, nos aprofundamos em quais são as consequências refletidas na sociedade virtualmente, como o surgimento do cancelamento e linchamento virtual. Por fim, foram apresentadas medidas de conscientização para solucionar a problemática. Como metodologia de estudo, adotou-se, através do método dedutivo, a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Concluiu-se que a criação e popularização da internet não apenas facilitou a comunicação e o acesso à informação, mas também abriu caminho para uma série de crimes virtuais. Desde plágio até pornografia infantil e racismo, a legislação tem buscado punir essas violações de acordo com a gravidade de cada caso. No mais, a educação na prevenção e punição dos crimes requer uma colaboração entre governos, empresas e indivíduos, além de uma constante atualização das leis para

enfrentar os desafios em crescimento do mundo digital. Embora o advento das tecnologias digitais tenha trazido inúmeras facilidades para o cotidiano, é inegável que seu uso irresponsável pode acarretar sérias consequências para a segurança e o bem-estar dos usuários, bem como para a coletividade. Nesse sentido, é crucial promover a conscientização sobre a importância do uso ético e responsável das ferramentas digitais.

Palavras-chave: crimes digitais; adolescentes; plágio; coletividade.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE CRIMES CIBERNÉTICOS: A NECESSIDADE DE UM MARCO REGULATÓRIO EFICAZ

Pedro Henrique Caixeta Costa
Discente de Direito (UNIPAM)
pedrohccosta@unipam.edu.br

Inácio Carlos Silva Corrêa
Discente de Direito (UNIPAM)
inaciocarlos@unipam.edu.br

Marcio Henrique Fernandes Costa
Discente de Direito (UNIPAM)
marciohfc@unipam.edu.br

Saulo Santos
Professor orientador (UNIPAM)
saULO@unipam.edu.br

O estudo aborda a problemática dos crimes cibernéticos e a eficácia das legislações existentes para combatê-los. Apesar da crescente incidência de delitos virtuais, a discussão legal ainda é insatisfatória, refletindo a necessidade de uma abordagem mais robusta. A principal questão investigada é: como o arcabouço jurídico atual pode ser adaptado para enfrentar as particularidades dos crimes cibernéticos? Para responder a essa indagação, o trabalho propõe objetivos específicos, como: a) analisar a legislação atual relacionada a crimes cibernéticos; b) discutir a aplicabilidade das normas de proteção de dados e privacidade; c) avaliar a relação entre os direitos do usuário e a segurança digital. A metodologia adotada inclui pesquisa teórica, com enfoque dedutivo, utilizando revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, manuais e decisões judiciais. A discussão gira em torno da necessidade de harmonização das legislações, considerando a natureza dinâmica e global da internet. Algumas correntes defendem que a legislação atual é insuficiente, enquanto outras argumentam que as leis existentes podem ser interpretadas de forma a abranger os novos desafios cibernéticos. Defende-se, portanto, a criação de um marco regulatório específico para crimes cibernéticos, que assegure proteção adequada aos indivíduos, sem comprometer os direitos fundamentais. Como conclusão, afirma-se que a adaptação e a atualização das normas legais são essenciais para enfrentar eficazmente os crimes cibernéticos, garantindo segurança e justiça no ambiente digital.

Palavras-chave: crimes cibernéticos; legislação; segurança digital; proteção de dados.

DESCONSTRUINDO A CULTURA DA VIOLÊNCIA NA LUTA CONTRA O FEMINICÍDIO

Luisa Ferreira Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
luisaferreira@unipam.edu.br

Maria Eduarda Silvério da Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
mariasilverio1@unipam.edu.br

Raysla Amorim São José
Discente de Direito (UNIPAM)
rayslaamorim@unipam.edu.br

O estudo tem como tema central o feminicídio, tendo como relevância as discussões sobre direitos humanos e igualdade de gênero. O feminicídio é considerado uma das formas mais extremas de violência contra a mulher. A posição judiciária em relação a esse crime reflete a gravidade com que a sociedade e o sistema de justiça o tratam. No Brasil, o feminicídio foi tipificado como um crime hediondo pela Lei n. 13.104/2015, que incluiu essa forma de homicídio no Código Penal, agravando as penas para os casos que envolvem questões de gênero. Entretanto, o tema recebeu destaque especial com a recente sanção da Lei n. 14.994/24 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que redefine o feminicídio como um crime autônomo no Código Penal e aumenta a pena mínima para 20 anos, podendo chegar a 40 anos. Essa mudança marca um momento significativo e simboliza um importante progresso no combate à violência contra as mulheres. No Brasil e em diversas partes do mundo, especialmente no ambiente doméstico e familiar, a violência contra a mulher é, em grande parte, resultado de uma longa história de hábitos culturais baseados em discursos patriarcais. Ao longo das gerações, práticas culturais consolidaram a posição de submissão da mulher dentro da família, sob a autoridade do homem. Tais práticas estão ligadas à desigualdade de gênero, à discriminação e ao machismo que colocam as mulheres em uma posição de inferioridade. O feminicídio pode ser dividido em três categorias: doméstico, institucional e comunitário. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo; quase sempre elas são vítimas de companheiros ou familiares. Discutir esse tema é fundamental para sensibilizar a sociedade sobre a gravidade do problema, impulsionar transformações culturais e legais e reforçar as políticas públicas direcionadas à prevenção e proteção das vítimas. O feminicídio evidencia a necessidade urgente de enfrentar o machismo estrutural e a impunidade, fatores que sustentam a violência contra as mulheres e dificultam o progresso em direção a uma sociedade mais justa e equitativa. O estudo utilizou como metodologia a pesquisa teórica, adotando o método dedutivo. A principal técnica de investigação foi a revisão bibliográfica, englobando dissertações e artigos científicos. Conclui-se que o controle e a redução do feminicídio podem ser alcançados através da atuação do Poder Executivo com eficácia na aplicabilidade da legislação e de políticas públicas.

Palavras- chave: feminicídio; violência; igualdade de gênero; legislação.

DIREITO À ADOÇÃO HOMOAfetiva

Maria Luísa Reis Alves
Discente de Direito (UNIPAM)
marialuisa8236@gmail.com

Thalia Caroline Pereira Castro
Discente de Direito (UNIPAM)
thaliac906@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo fazer mais conhecidos os direitos de pessoas da comunidade LGBTQIAP+, focando os direitos à adoção homoafetiva, levando-se em consideração que até mesmo pessoas de dentro da comunidade desconhecem de seus próprios direitos, por desinformação ou até mesmo pela falta de procura sobre o que é digno. Nesta mesma situação, há pessoas de fora da comunidade que frequentemente tendem a não se interessar por Direitos que não os acomodam e, dessa maneira, podem acabar por espalhar desinformação, por desconhecimento ou por preconceito. Observando-se as situações descritas, o trabalho, utilizando-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, pretende, através de uma apresentação com banner, informar os interessados sobre os direitos de uma comunidade normalmente marginalizada, trazendo para discussão os direitos de pessoas LGBTQIAP+, concentrando-se em seus direitos à adoção de crianças, enfim, pretende-se alcançar a ampliação desse conhecimento que pode ser pouco procurado e conhecido até mesmo pelas pessoas que podem usufruir desse direito.

Palavras-chave: desinformação; desconhecimento; LGBTQIAP+.

DIREITO DIGITAL NO BRASIL: REGULAMENTAÇÃO, AVANÇOS E DESAFIOS

Christian Cordeiro da Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
christiancordeiro@unipam.edu.br

Elen Mirie Fernandes Macedo
Discente de Direito (UNIPAM)
elenmirie@unipam.edu.br

Gustavo Aguiar Soares Gonçalves
Discente de Direito (UNIPAM)
eagustavoaguiar@unipam.edu.br

O Direito Digital é o ramo do direito que regulamenta as relações do uso da tecnologia, informação e internet. O objetivo é proteger as informações contidas nos ambientes digitais e nos aparelhos eletrônicos, além de impedir crimes virtuais e regular casos de responsabilidade civil. O Direito Digital no Brasil tem emergido como uma resposta necessária à crescente digitalização de processos sociais e econômicos, devido ao aumento do uso da internet e de novas tecnologias. Este estudo tem como objetivo explorar a evolução do Direito Digital e seu impacto na sociedade moderna, analisar o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras legislações relevantes, como o Marco Civil da Internet, sobre a segurança digital, privacidade e direitos dos usuários. A justificativa deste estudo se dá pela necessidade de conhecimento e regulamentação eficaz frente ao aumento de crimes cibernéticos pela crescente exposição de dados pessoais na rede. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de textos legais e doutrinários, bem como a análise de jurisprudências recentes que tratam da proteção de dados e da privacidade online. A discussão abrange a importância desse direito para educação digital e para a sociedade, as dificuldades encontradas na execução dessas leis, especialmente no que tange à cooperação entre o setor público e privado. Conclui-se que, apesar dos avanços legislativos, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na execução efetiva das normas de proteção digital, sendo crucial a constante atualização das leis e maior conscientização do público. Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar a compreensão sobre a relevância desse direito, estimulando a adoção de medidas e estratégias eficazes que assegurem a plena proteção e implementação dos direitos digitais.

Palavras-chave: Direito Digital; proteção de dados; LGPD; crimes cibernéticos; privacidade.

DIREITO DO TRABALHADOR NA CONDIÇÃO DE JOVEM APRENDIZ

Edson Pádua Ramos Filho
Discente de Direito (UNIPAM)
edsonpadua@unipam.edu.br

Nayanne Andrade De Sousa
Discente de Direito (UNIPAM)
nayannesousa@unipam.edu.br

Eduardo Caixeta Arruda da Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
eduardocas@unipam.edu.br

Pedro Henrique Souza Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
pedrohenrique@unipam.edu.br

Geovana Cimetta Alves
Discente de Direito (UNIPAM)
geovanacimetta@unipam.edu.br

Raphael de Queiroz Gonçalves
Discente de Direito (UNIPAM)
raphaelqg@unipam.edu.br

João Victor Fernandes Pereira Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
joaovf@unipam.edu.br

Rayssa Rodrigues de Oliveira
Discente de Direito (UNIPAM)
rayssaoliveira@unipam.edu.br

Karolayne Alves
Discente de Direito (UNIPAM)
karolaynealves@unipam.edu.br

Victor Hugo Pereira
Discente de Direito (UNIPAM)
vitorhugop@unipam.edu.br

Maria Luiza Neres Batista
Discente de Direito (UNIPAM)
marialnb@unipam.edu.br

Wânia Alves Ferreira Fontes
Discente de Direito (UNIPAM)
wania@unipam.edu.br

O artigo analisa a eficácia da legislação de aprendizagem no Brasil, com foco no Programa Jovem Aprendiz, que visa à inserção e à qualificação profissional de jovens de 14 a 24 anos. A pesquisa enfatiza a importância de garantir os direitos trabalhistas dos aprendizes, conforme a Lei n. 10.097/2000, que estabelece um contrato de trabalho específico e regulamenta a formação técnica. Discutem-se os desafios enfrentados por esses jovens, incluindo a precarização do trabalho e a exploração de sua mão de obra. A falta de fiscalização adequada e as condições inadequadas de trabalho são destacados como obstáculos significativos para a efetividade do programa. Utilizando-se de uma metodologia dedutiva e pesquisa bibliográfica, a análise se baseia em obras jurídicas e dados empíricos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho. O estudo conclui que, apesar do potencial da legislação para promover a qualificação e a empregabilidade, é imprescindível garantir a sua aplicação rigorosa e fiscalizar as condições de trabalho para respeitar os direitos dos jovens aprendizes. A pesquisa ressalta a necessidade de um esforço conjunto entre governo, empresas e instituições de ensino para assegurar uma integração profissional digna e efetiva para essa população vulnerável

Palavras-chave: jovem; trabalho; legislação; trabalhador; aprendiz.

DIREITO TRIBUTÁRIO: A BASE DO FINANCIAMENTO PÚBLICO

Carlos Eduardo Andrade Borges
Discente de Direito (UNIPAM)
carlooseduardoab@unipam.edu.br

Yago Enrico Alves Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
yagoalves@unipam.edu.br

O estudo aborda a relevância do direito tributário no custeio das funções do Estado, especialmente em um contexto de crise econômica e necessidade de reforma tributária. O objetivo principal é esclarecer a função dos tributos na manutenção de serviços públicos essenciais e discutir como o sistema tributário brasileiro pode ser reformado para garantir maior equidade e eficiência na arrecadação. A justificativa do trabalho reside na importância dos tributos para garantir o financiamento das políticas públicas e na urgência de simplificar o complexo sistema tributário atual. O excesso de burocracia e a sobreposição de tributos sobre o consumo impactam diretamente a economia e dificultam a competitividade do país. Compreender o funcionamento do sistema tributário e suas implicações é essencial para promover justiça fiscal e eficiência no uso dos recursos públicos, principalmente com a discussão da PEC 45/2019 em andamento, que propõe a unificação de impostos e a eliminação de distorções fiscais. Para atingir os objetivos propostos, a metodologia adotada baseia-se na análise documental e pesquisa bibliográfica. São analisadas as normas constitucionais e infraconstitucionais, especialmente o Código Tributário Nacional (CTN) e a Constituição Federal de 1988 (CF/88), além de artigos de doutrinadores como Eduardo Sabbag. Também são explorados os debates em torno da Reforma Tributária (PEC 45/2019) e as discussões sobre a aplicabilidade dos princípios constitucionais, como legalidade e capacidade contributiva, no contexto da modernização do sistema tributário. No desenvolvimento do trabalho, discute-se a função fiscal do direito tributário, que visa à arrecadação de tributos para o financiamento do Estado, assegurando a prestação de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança. Também se aborda a função extrafiscal, que utiliza os tributos para influenciar comportamentos sociais e econômicos, promovendo o desenvolvimento sustentável e incentivando setores estratégicos da economia. Princípios constitucionais como legalidade (art. 150, I, CF) e capacidade contributiva (art. 145, §1º, CF) são analisados sob a ótica da justiça fiscal e da proporcionalidade, assegurando que os tributos sejam cobrados de acordo com a capacidade econômica de cada contribuinte. Por outro lado, o princípio do não-confisco (art. 150, IV, CF) protege o patrimônio dos contribuintes contra tributos excessivos e desproporcionais, garantindo que o Estado não comprometa a dignidade dos cidadãos. A discussão sobre a Reforma Tributária foca na simplificação da estrutura tributária, unificando tributos sobre o consumo e criando um sistema mais eficiente e transparente. A conclusão do estudo reforça a importância de um sistema tributário justo e equilibrado para garantir o financiamento adequado das políticas públicas, promovendo o desenvolvimento econômico e social. A PEC 45/2019 é vista como uma oportunidade de simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, tornando-o mais equitativo e eficiente, essencial para enfrentar os desafios fiscais e sociais do país.

Palavras-chave: direito financeiro; tributação; reforma tributária; financiamento público; função fiscal.

EUTANÁSIA: DIREITO À VIDA OU À LIBERDADE INDIVIDUAL?

Carlos Eduardo Coelho Braga
Discente de Direito (UNIPAM)
carlosbraga@unipam.edu.br

Isabella Braga De Amorim Rosa
Discente de Direito (UNIPAM)
isabellarosa@unipam.edu.br

Fernanda Caroline Alves Peres
Discente de Direito (UNIPAM)
fernandaperes@unipam.edu.br

Este projeto de pesquisa visa analisar a eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos, especialmente no que tange ao conflito entre o direito à vida e a liberdade individual. Os objetivos incluem investigar as diferentes abordagens legais e éticas da eutanásia em diversas culturas e sistemas jurídicos, avaliar a percepção social sobre o tema e identificar os principais argumentos a favor e contra sua legalização. A justificativa reside na crescente discussão sobre a autonomia do paciente em contextos de doenças terminais e sofrimento insuportável, apontando a necessidade de um debate ético profundo. A metodologia adotada será qualitativa, envolvendo a análise de legislações existentes, revisões de literatura acadêmica, entrevistas com especialistas e grupos focais com a população. A síntese da discussão revela que, enquanto a eutanásia é frequentemente defendida como uma expressão da liberdade individual, que permite ao indivíduo decidir sobre seu próprio corpo e sofrimento, enfrenta forte oposição de perspectivas que enfatizam o valor da vida e a possibilidade de tratamento paliativo. As conclusões destacam que, embora a legalização da eutanásia possa representar um avanço na autonomia individual, é crucial que qualquer legislação inclua salvaguardas robustas para proteger os vulneráveis e garantir que a escolha pela eutanásia seja realmente informada e voluntária.

Palavras-chave: eutanásia; direito à vida; liberdade individual; direitos humanos. autonomia.

IMPORTÂNCIA DA LGPD NO MEIO JURÍDICO

Andressa Marques Rodrigues
Discente de Direito (UNIPAM)
dessa99639960@unipam.edu.br

Nerita Maria Custodio dos Reis Neta
Discente de Direito (UNIPAM)
neritamcrn@unipam.edu.br

Saulo Santos
Professor orientador (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é crucial para o funcionamento de escritórios de advocacia, de departamentos jurídicos e do Judiciário, já que o tratamento de dados pessoais é fundamental nas atividades jurídicas. Essa legislação exige que os escritórios se adaptem para garantir a proteção de dados, o que inclui a revisão de contratos e políticas internas, a conformidade processual para evitar a exposição indevida de informações pessoais e a implementação de uma gestão documental segura para proteger arquivos físicos e digitais. No contexto jurídico, a coleta de dados deve seguir princípios de finalidade, necessidade e adequação. É essencial que escritórios e órgãos judiciais solicitem apenas dados necessários, informem os clientes sobre o uso e finalidade desses dados e documentem o consentimento para o tratamento. Também é importante auditar contratos com fornecedores para assegurar que estejam em conformidade com a LGPD. As redes sociais utilizadas para marketing e educação jurídica apresentam riscos legais sob a LGPD. A exposição indevida de dados de clientes pode ocorrer, especialmente em comunicações por plataformas como WhatsApp, exigindo cautela dos escritórios ao compartilhar informações. É vital que as ferramentas de comunicação estejam em conformidade com a legislação para evitar vazamentos de dados. Os direitos dos titulares de dados, garantidos pela LGPD, incluem o acesso a informações processuais e a solicitação de exclusão ou anonimização de dados. Advogados e funcionários também têm direito de saber como seus dados estão sendo tratados, reforçando a importância da transparência na gestão de informações. O não cumprimento da LGPD pode resultar em consequências severas, como penalidades financeiras, suspensão de atividades de tratamento de dados e perda de confiança dos clientes, impactando negativamente a reputação dos escritórios. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode aplicar sanções administrativas e os titulares podem buscar reparações por danos decorrentes de violações. A conformidade com a LGPD é essencial para estabelecer e manter a confiança do cliente no meio jurídico. A segurança dos dados é um diferencial competitivo, e a transparência nas práticas de coleta e tratamento de informações fortalece essa confiança. Escritórios que demonstram comprometimento com a proteção de dados atraem clientes mais exigentes e evitam litígios e problemas éticos, protegendo assim sua imagem e continuidade dos serviços.

Palavra-chave: LGPD; proteção de dados; escritórios; dados; segurança.

INTERVENÇÃO JUDICIAL EM REDES SOCIAIS: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E RESPONSABILIDADE JURÍDICA NA ERA DIGITAL

Carlos Henrique Ferreira Soares
Discente de Direito (UNIPAM)
carlosferreira@unipam.edu.br

Iago Martins Pinto de Lima
Discente de Direito (UNIPAM)
iagolima@unipam.edu.br

Saulo Santos
Professor orientador (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

O acelerado desenvolvimento das tecnologias de comunicação, especialmente com o surgimento da Internet e sua expansão global, gerou transformações profundas nas relações sociais e no modo e no modo como a informação é transmitida, de forma a propiciar um fluxo contínuo e instantâneo de dados, bem como eliminar barreiras geográficas, culturais e linguísticas. Contudo, a mesma tecnologia que facilitou o acesso à informação também propiciou a disseminação de conteúdos prejudiciais, como desinformação e discurso de ódio, característicos de um ambiente crescentemente polarizado. Assim, surgem questões críticas relacionadas à liberdade de expressão e à responsabilidade jurídica das plataformas de mídia social, que desempenham um papel central na mediação desses fluxos de comunicação, suscitando como problemática central para o presente estudo a análise da crescente intervenção judicial no ambiente digital, com foco nas plataformas de mídia social, no contexto jurídico brasileiro. A relevância do tema justifica-se, primeiramente, pela crescente tensão entre a liberdade de expressão, uma garantia constitucional fundamental, e a necessidade de combater práticas nocivas no ambiente digital, como a desinformação, crimes digitais e violações de privacidade. Ademais, a intervenção judicial no espaço digital gera uma série de controvérsias que impactam diretamente a percepção de legitimidade e imparcialidade do Judiciário, na medida em que a remoção de conteúdos e/ou bloqueio de contas em plataformas digitais, por meio de ordens judiciais, levanta preocupações sobre censura, abuso de autoridade e o uso inadequado de medidas que poderiam comprometer liberdades individuais. Logo, a partir de uma revisão bibliográfica de metodologia dedutiva, abordou-se o atual paradigma do Direito Digital no Brasil, com destaque para o Marco Civil da Internet, frequentemente referenciado como uma “Constituição da Internet”, bem como a responsabilidade das plataformas de mídia social em relação aos conteúdos publicados por seus usuários, examinada à luz das controvérsias doutrinárias que envolvem o tema. Além disso, analisa-se a atuação do Judiciário nas ordens de remoção de conteúdo e bloqueio de contas, questionando-se a proporcionalidade dessas medidas. Por fim, examinou-se a regulação responsiva como um possível caminho alternativo para enfrentar os desafios da governança digital, buscando um equilíbrio entre a proteção de direitos fundamentais e a promoção de um ambiente digital seguro e democrático. Foi possível observar que, apesar de robusto e exemplar, o modelo regulamentatório brasileiro para o meio digital frequentemente carece de efetividade prática, emergindo a intervenção judicial como forma de suplantar, ainda que por vezes irregularmente, as lacunas e ineficácias legislativas nos casos concretos; tal paradigma não deve, entretanto, prosperar como solução a longo prazo.

Palavras-chave: redes sociais; liberdade de expressão; responsabilidade; judiciário; regulamentação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO: LIMITES E PROTEÇÕES EM UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Arthur Cota Figueiredo
Discente de Direito (UNIPAM)
arthurcota2005@gmail.com

Raquel Maria Oliveira Pinto
Discente de Direito (UNIPAM)
oliveiraraquel2107@gmail.com

Yuri Melo Gonçalves
Discente de Direito (UNIPAM)
yurimeloguima71@gmail.com

Saulo Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

O tema “liberdade de expressão ou discurso de ódio” explora a intrincada relação entre o direito à livre manifestação e os limites necessários para salvaguardar a dignidade e a segurança de indivíduos e grupos. Este trabalho tem como objetivo investigar como as leis e as decisões judiciais tratam essa questão, procurando compreender até que ponto a liberdade de expressão pode ser exercida sem prejudicar os direitos alheios. A justificativa se fundamenta no aumento alarmante de discursos de ódio, principalmente nas redes sociais, que suscitam debates intensos sobre a urgência de regulamentação e proteção dos cidadãos. A metodologia adotada envolve uma abordagem abrangente, começando pela revisão de casos relevantes que ilustram a aplicação da legislação sobre liberdade de expressão e discurso de ódio. Em seguida, realiza-se uma análise detalhada da jurisprudência, especialmente as decisões do Supremo Tribunal Federal e de tribunais inferiores, a fim de entender como os tribunais têm interpretado e aplicado os princípios constitucionais relacionados ao tema. Também é feita uma análise das disposições constitucionais pertinentes, como os artigos que garantem a liberdade de expressão e aqueles que protegem a honra e a dignidade, para estabelecer um quadro legal que sustente a discussão. A síntese da discussão evidencia que, embora a liberdade de expressão seja um dos pilares da democracia, ela não é ilimitada; discursos que incitam violência ou discriminação precisam ser controlados para assegurar a convivência harmônica. As conclusões centrais apontam para a importância de encontrar um equilíbrio delicado: é essencial proteger a liberdade de expressão, vital para o debate democrático e a diversidade de opiniões, mas também estabelecer limites que coíbam o discurso de ódio, garantindo a proteção de grupos vulneráveis e a ordem social. A jurisprudência atual, como a do Supremo Tribunal Federal do Brasil, enfatiza que a defesa da honra e da dignidade humana deve prevalecer em situações em que a liberdade de expressão pode causar danos irreparáveis. Dessa forma, a discussão se mantém relevante e crucial para fortalecer a democracia e promover os direitos humanos em uma sociedade plural.

Palavras-chave: liberdade de expressão; discurso de ódio; jurisprudência; dignidade.

O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL: ENTRAVES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Isabelle Palhares Lima

Discente de Direito (UNIPAM)
isabellepl@unipam.edu.br

Maria Eduarda Oliveira Porto

Discente de Direito (UNIPAM)
mariaeop@unipam.edu.br

Rayssa Cristina Alves Soares

Discente de Direito (UNIPAM)
rayssacristina1@unipam.edu.br

O acesso à justiça no Brasil ainda enfrenta barreiras significativas, mesmo com avanços institucionais e legais nos últimos anos. Entre os principais desafios, destacam-se a morosidade do Judiciário, a complexidade processual e a desigualdade econômica e social, que restringem a efetiva participação de muitos cidadãos no sistema judicial. Além disso, a escassez de recursos financeiros e humanos limita a capacidade das instituições de fornecer um atendimento adequado e célere. Por outro lado, soluções inovadoras, como a adoção de tecnologias digitais, mediação e arbitragem, além da ampliação dos serviços de assistência judiciária gratuita, têm sido fundamentais para mitigar essas barreiras. A modernização do sistema de justiça, aliada a políticas públicas de inclusão e educação jurídica, pode consolidar um acesso mais amplo, justo e eficiente. O objetivo desta pesquisa é investigar e expor dados que comprovem tanto as dificuldades quanto as soluções já implementadas e em desenvolvimento para o aprimoramento do acesso à justiça no país.

Palavras-chave: acesso à justiça; morosidade judicial; desigualdade social; inovação tecnológica; inclusão jurídica.

O PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR NO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ana Clara Nunes Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
anacnsilva@unipam.edu.br

Maria Zilda Nunes Teles
Discente de Direito (UNIPAM)
mariaznt@unipam.edu.br

O estudo tem por temática central o Princípio do Poluidor-Pagador, que é um dos alicerces essenciais do Direito Ambiental, particularmente no cenário brasileiro, em que a conservação dos recursos naturais é crucial para assegurar o progresso sustentável. Esse princípio estabelece que o poluidor deve arcar com os custos e serviços necessários para reparar o dano, o que espelha o conceito de justiça e responsabilidade ecológica. No Brasil, o princípio foi estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981), constituindo-se em um dos principais instrumentos para responsabilizar os poluidores e incentivar comportamentos mais ecológicos. Este estudo visa debater os obstáculos e as possibilidades na implementação deste princípio na legislação brasileira. O propósito central desta pesquisa é examinar como o Princípio do Poluidor-Pagador é utilizado no Brasil, além de examinar os obstáculos encontrados para sua aplicação. O objetivo é encontrar soluções e perspectivas para melhorar a efetividade deste princípio, tanto na sua implementação pelas autoridades apropriadas quanto na reação dos setores econômicos. Além disso, o estudo busca analisar como esse princípio auxilia na defesa do meio ambiente e se suas premissas têm provocado alterações relevantes no comportamento das empresas e na promoção de práticas sustentáveis. A razão para esta pesquisa baseia-se na crescente importância do Direito Ambiental no Brasil, uma nação cuja economia ainda se baseia fortemente em atividades que podem prejudicar o meio ambiente, como a agricultura, a mineração e a indústria. Apesar do Princípio do Poluidor-Pagador ser amplamente aceito e estabelecido na lei, existem lacunas consideráveis na sua implementação eficaz. Assim, é essencial debater essas questões para sugerir soluções que fomentem a responsabilidade ambiental. A ineficácia da fiscalização ambiental é um dos principais desafios. Apesar do princípio estar estabelecido na lei, as entidades encarregadas enfrentam escassez de recursos e infraestrutura para assegurar que os poluidores sejam adequadamente penalizados. Ademais, a dificuldade em quantificar os prejuízos ambientais para estabelecer o preço justo a ser pago pelo poluidor é uma questão frequente. A ausência de critérios concretos para determinar o valor devido por danos ambientais resulta em incerteza jurídica e tratamento desigual de situações similares. A conclusão é que, mesmo diante dos desafios, o Princípio do Poluidor-Pagador é um instrumento crucial no Direito Ambiental do Brasil, capaz de fomentar práticas mais sustentáveis e justas. Para que sua implementação seja mais eficiente, é preciso reforçar as entidades de supervisão, melhorar os métodos de avaliação de danos ambientais e promover a implementação de práticas empresariais que levem em conta o impacto ambiental de suas operações. Em longo prazo, espera-se que a aplicação mais rigorosa desse princípio possa contribuir para uma maior conscientização e responsabilização ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Direito Ambiental; desenvolvimento sustentável; meio ambiente; Política Nacional do Meio Ambiente.

O PROCESSO LEGISLATIVO E A EMENDA CONSTITUCIONAL NO BRASIL: CAMINHOS E REGRAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Letícia Angélica Lima
Discente de Direito (UNIPAM)
leticiangelicalima@gmail.com

Pamela Fernandes Soares
Discente de Direito (UNIPAM)
pamelasoares@unipam.edu.br

O tema deste trabalho é o processo legislativo brasileiro, com foco no mecanismo de emenda constitucional. O principal objetivo é compreender os procedimentos e a importância das emendas na adaptação da Constituição Federal de 1988 às novas realidades sociais, políticas e econômicas, considerando seu papel na manutenção da estabilidade constitucional e da ordem democrática. A justificativa da pesquisa baseia-se na relevância do tema, uma vez que as emendas constitucionais representam um dos instrumentos mais poderosos e complexos do processo legislativo, ao mesmo tempo em que preservam princípios fundamentais por meio das cláusulas pétreas. A metodologia adotada é uma análise qualitativa de emendas constitucionais aprovadas e rejeitadas, além da revisão de literatura sobre os princípios constitucionais que regulam esse processo. O desenvolvimento do estudo envolve a discussão sobre as etapas do processo de emenda, que incluem a proposta, discussão e votação em dois turnos por ambas as Casas do Congresso Nacional, e a necessidade de aprovação por três quintos dos parlamentares em cada turno. Além disso, o trabalho aborda as limitações impostas às emendas constitucionais, como a impossibilidade de alterar a forma federativa de Estado e os direitos e garantias individuais. A principal conclusão é que o rigor do processo de emenda constitucional garante a flexibilidade necessária para adaptar a Carta Magna sem comprometer a estabilidade institucional, ao mesmo tempo em que impede mudanças arbitrárias em princípios fundamentais.

Palavras-chave: cláusulas pétreas; Constituição Federal; estabilidade institucional; democracia; emenda constitucional.

O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA

Beatriz Cristina Mendes

Discente de Direito (UNIPAM)
beatrizmendes@unipam.edu.br

Francesca Heloísa Sousa Gomes

Discente de Direito (UNIPAM)
francescahsg@unipam.com.br

Millena Ramos Neto

Discente de Direito (UNIPAM)
millenaramos@unipam.edu.br

A união estável homoafetiva foi reconhecida no Brasil em 2011, passando a ter as mesmas regras e implicações da união estável heteroafetiva. Esse reconhecimento representou um importante avanço para a comunidade LGBTQIA+, garantindo direitos e deveres civis iguais aos de casais heterossexuais, como inclusão de dependentes em planos de saúde, herança e divisão de bens. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução n. 175, que proíbe os cartórios de se recusarem a celebrar casamentos civis homoafetivos, assegurando assim direitos de maneira ampla e igualitária. Essas mudanças reforçaram a proteção jurídica das uniões homoafetivas no Brasil, alinhando-as aos direitos fundamentais de dignidade humana, igualdade e liberdade pessoal. O marco legal decisivo para o reconhecimento da união homoafetiva no Brasil foi o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI n. 4277) e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132). Essas ações questionaram a interpretação restritiva do Art. 1.723 do Código Civil, que reconhecia a união estável apenas entre homem e mulher como entidade familiar. O debate girou em torno da possível violação de princípios constitucionais fundamentais, como a liberdade, a igualdade, a dignidade da pessoa humana e a segurança jurídica, ao limitar o reconhecimento das uniões apenas a casais heterossexuais. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 132 – ADPF 132, foi proposta pelo então Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que apresentou um pedido alternativo para, caso o Supremo Tribunal Federal não decidisse pela procedência da ADPF, a ação pudesse ser reconhecida como Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, com o objetivo de corrigir a omissão legislativa que restringia os direitos da comunidade homoafetiva. O pedido foi acolhido pelo Ministro Relator Ayres Brito, que desmembrou a ADPF 132 e criou a ADI 4.277. Após todo o trâmite legal, a decisão jurídica resultante dessas ações marcou uma mudança significativa ao equiparar a união homoafetiva à união estável prevista na Constituição Federal. Com isso, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, conferindo a esse tipo de relacionamento o mesmo status jurídico que as uniões heterossexuais. Esse avanço legal é significativo na sociedade, garantindo que os casais homoafetivos passem a assegurar direitos e deveres equivalentes aos dos casais heterossexuais. Esse progresso é essencial para proteção dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana. Esses avanços, aceitação e valorização da diversidade, contribuem para desmistificação dos preconceitos, promovendo uma sociedade mais equitativa e inclusiva para todos.

Palavras-chave: união estável homoafetiva; dignidade da pessoa humana; entidade familiar; direitos iguais.

OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE: O ESTATUTO DO PCC E O DIREITO PENAL PARALELO SOB A PERSPECTIVA DA LEI DE TALIÃO

Ana Júlia Fernandes Vasconcelos
Discente de Direito (UNIPAM)
anavasconcelos@unipam.edu.br

O presente artigo aborda a evolução da justiça retributiva, comparando a Lei de Talião, presente no Código de Hamurabi, com as práticas punitivas do Primeiro Comando da Capital (PCC). O objetivo é traçar um paralelo entre as normas punitivas descritas no Código de Hamurabi e o Estatuto do PCC, analisando como ambas as formas de justiça foram utilizadas para sanar conflitos por meio da retaliação proporcional em contextos históricos e épocas distintas. A justificativa para o estudo é entender de que maneira estruturas de poder paralelo, como a do PCC, recriam e adaptam princípios antigos de punição, em especial o de “olho por olho, dente por dente”, numa uma sociedade moderna, em que o sistema penal estatal é visto como insuficiente ou ineficaz. A metodologia utilizada é baseada em revisão bibliográfica e análise documental de artigos acadêmicos, reportagens e estudos sobre a organização e estrutura jurídica interna do PCC, com foco em sua atuação enquanto poder punitivo autônomo. A discussão explora como a Lei de Talião, ao impor limites à vingança, representou um avanço na justiça corretiva, estabelecendo uma retribuição proporcional entre crime e punição, mesmo sendo criticada por reduzir a justiça a uma forma de vingança institucionalizada. Entretanto, é possível observar a reemergência desses conceitos em sistemas de justiça paralelos contemporâneos, como o do PCC, que se vale da retaliação proporcional para manter a ordem interna e exercer controle sobre seus membros, criando uma estrutura punitiva autossuficiente. A conclusão aponta que as semelhanças entre os artigos do Estatuto do PCC e os princípios da Lei de Talião demonstram a persistência de sistemas de justiça retributiva em contextos em que o poder do Estado é enfraquecido, desafiando diretamente sua legitimidade e comprometendo o monopólio da violência institucional.

Palavras-chave: justiça retributiva; criminalidade organizada; poder paralelo; sistema carcerário.

PENA DE MORTE: PERSPECTIVA INTERNACIONAL E DEBATE NO BRASIL

Kaylane Victória Oliveira Leal
Discente de Direito (UNIPAM)
kaylaneoliveira@unipam.edu.br

Isabela Marques Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
isabelamarques@unipam.edu.br

A pena de morte, também chamada de pena capital, é uma forma de punição em que o Estado executa uma pessoa condenada por cometer crimes graves, como homicídio, terrorismo ou traição. Sua aplicação varia entre os países, sendo permitida em alguns e proibida em outros. É uma medida extrema, frequentemente alvo de debates no Direito Internacional, por envolver a privação definitiva da vida e por suas implicações éticas, morais e jurídicas. A pena de morte tem sido progressivamente abolida em muitos países, mas ainda é praticada em regiões como partes dos Estados Unidos, China, Irã, entre outros. Este assunto encontra forte resistência de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que condena sua prática por ser uma violação dos direitos humanos. Este trabalho de pesquisa justifica-se pela atual crise de segurança pública no Brasil, marcada pelo aumento significativo da criminalidade. Em resposta a esse cenário, setores da sociedade têm demandado medidas mais rigorosas no combate aos crimes graves, e a pena de morte volta a ser citada como uma possível solução. A ONU e seus órgãos, como o Conselho de Direitos Humanos, têm reiterado que a pena capital é uma violação dos direitos humanos, especialmente o direito à vida, o que torna pertinente investigar a viabilidade jurídica de discutir o retorno dessa prática no Brasil. Justifica-se a pesquisa pelo aumento da criminalidade no país e pelo crescente clamor popular por medidas mais rigorosas no combate a crimes graves, o que traz a pena de morte como uma opção frequentemente mencionada. A metodologia adotada baseia-se em uma pesquisa teórica, com análise de tratados internacionais, como o Pacto de San José da Costa Rica, e da legislação brasileira, destacando a proibição da pena de morte em tempos de paz pela Constituição Federal de 1988. No desenvolvimento, discute-se a tendência global de abolição da pena capital, com destaque para países que ainda a mantêm, como os Estados Unidos e a China, contrapondo essa prática ao compromisso do Brasil com tratados que visam à sua erradicação. Apesar da pressão social e política, a reintrodução da pena de morte no Brasil enfrenta fortes barreiras constitucionais e compromissos internacionais. O STF já se manifestou sobre a inconstitucionalidade da pena de morte em tempos de paz, reforçando a importância de respeitar os tratados ratificados. Assim, o caminho mais viável seria o fortalecimento de políticas de combate ao crime que não infringissem os direitos fundamentais, buscando alternativas eficazes que promovam a segurança pública sem comprometer a dignidade humana.

Palavras-chave: pena capital; direitos humanos; violação; direito internacional.

SEGURANÇA ONLINE: COMO PROTEGER-SE DOS CRIMES VIRTUAIS

Camilly Rodrigues Oliveira

Discente de Direito (UNIPAM)

E-mail: camilyoliveira@unipam.edu.br

Gustavo Mendonça Guimarães

Discente de Direito (UNIPAM)

E-mail: gustavomendonca@unipam.edu.br

Luís César Pereira

Discente de Direito (UNIPAM)

E-mail: luiscesar@unipam.edu.br

Os crimes virtuais estão em crescente relevância no âmbito jurídico, dada a acelerada evolução tecnológica e a consequente transformação das interações sociais. O objetivo deste estudo é analisar os diferentes aspectos que envolvem a tipificação, a prevenção e a repressão dos crimes virtuais, bem como compreender suas implicações legais e sociais. A justificativa para essa investigação reside na necessidade de um arcabouço jurídico que acompanhe as inovações tecnológicas e proteja os indivíduos de práticas delitivas que se valem da internet e das redes digitais, como fraudes, crimes de identidade, cyberbullying e a disseminação de conteúdos ilícitos. A discussão desenvolvida no trabalho foca na complexidade de tipificar os crimes virtuais, considerando a diversidade de modalidades existentes e a dificuldade em estabelecer jurisdição, uma vez que a internet permite que os delitos transcendem fronteiras geográficas. Além disso, o papel das plataformas digitais na mediação e no combate a essas práticas é explorado, destacando a responsabilidade civil e criminal que essas entidades possuem. A análise também aborda a importância da educação digital como uma estratégia fundamental para a prevenção dos crimes virtuais, enfatizando a formação de usuários conscientes e críticos em relação ao uso da tecnologia. Em síntese, as conclusões do trabalho reafirmam a urgência de uma atualização constante do ordenamento jurídico frente às novas realidades impostas pelo ambiente digital. É fundamental que os legisladores considerem a dinâmica e o caráter mutável dos crimes virtuais para efetivamente proteger a sociedade. Além disso, a colaboração entre autoridades, plataformas digitais e usuários é crucial para o enfrentamento do problema, promovendo um ambiente virtual mais seguro e minimizando os riscos associados ao uso da tecnologia em nossa vida cotidiana. As propostas de políticas públicas e uma legislação mais robusta podem contribuir para um combate efetivo a essa nova modalidade de criminalidade.

Palavras-chave: educação digital; tecnologia; proteção; internet.

SUFRÁGIO: SUA IMPORTÂNCIA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Alex Willian Rodrigues de Oliveira
Discente de Direito (UNIPAM)
alexwillian@unipam.edu.br

Maria Eduarda Fonseca Alves
Discente de Direito (UNIPAM)
mariaefa@unipam.edu.br

Cecília Romulumhermazy de Castro Martins Boreli
Discente de Direito (UNIPAM)
ceciliaboreli@unipam.edu.br

Oliveira Rosa Braga
Discente de Direito (UNIPAM)
oliveirarb@unipam.edu.br

Daniel Henrique Souto Oliveira
Discente de Direito (UNIPAM)
danielsouto@unipam.edu.br

Pedro Victor Dornelas Lopes Marra
Discente de Direito (UNIPAM)
pedrovdln@unipam.edu.br

Gustavo Pereira Costa
Discente de Direito (UNIPAM)
gustavopcosta@unipam.edu.br

Victor Hugo Caixeta Ferreira de Moura Carvalho
Discente de Direito (UNIPAM)
victorcarvalho@unipam.edu.br

Luana Stéfane Pereira Ribeiro
Discente de Direito (UNIPAM)
luanaspr@unipam.edu.br

Vitor Borges de Lima Matos
Discente de Direito (UNIPAM)
vitormatos@unipam.edu.br

Maria Eduarda Caixeta Lima
Discente de Direito (UNIPAM)
mariaekl@unipam.edu.br

Wânia Alves Ferreira Fontes
Professora orientadora (UNIPAM)
wania@unipam.edu.br

A pesquisa tem por assunto principal a reflexão acerca do instituto do sufrágio e sua importância para a cidadania em um Governo Republicano. Esse mecanismo democrático serve como um dos pilares da representação popular, garantindo que a vontade do povo seja expressa nas escolhas políticas. No entanto, a forma como o sufrágio é exercido no Brasil e as suas possíveis limitações levantam discussões sobre a real eficácia desse direito na promoção da igualdade política e no fortalecimento da cidadania ativa. Em razão disso, surge um problema central: o sufrágio é realmente um instrumento eficaz de cidadania? Refletir sobre a relação entre o exercício do sufrágio e a construção da cidadania é o objetivo geral do estudo, que se mostra importante para compreender a participação política efetiva no sistema democrático brasileiro. Com a finalidade de alcançar esse objetivo, a pesquisa teórica será desenvolvida pelo método dedutivo-bibliográfico, utilizando materiais já publicados como livros, doutrinas, reportagens jornalísticas, artigos científicos e julgados do Poder Judiciário. Em síntese, um dos fundamentos da existência do sufrágio universal no ordenamento jurídico brasileiro é garantir a participação de todos os cidadãos na escolha de seus representantes, assegurando a representatividade política e o fortalecimento da cidadania. No entanto, a prática revela que ainda existem barreiras que limitam o pleno exercício desse direito, como a exclusão social e a desinformação política, comprometendo a eficácia do sufrágio como instrumento de cidadania. Conclui-se que, embora o sufrágio esteja em conformidade com os princípios democráticos da Constituição de 1988, ainda há desafios a serem superados para garantir sua plena eficácia na promoção da cidadania ativa e inclusiva.

Palavras-chave: sufrágio; cidadania; igualdade política; sistema eleitoral brasileiro; sufrágio universal.

RESUMOS – COMUNICAÇÃO ORAL

ANÁLISE DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE NO REGIME PREVIDENCIÁRIO: ATUAÇÃO DOS MÉDICOS PARA A APROVAÇÃO

Alexandre De Faria Teixeira Junior
Discente de Direito (UNIPAM)
alexandreftj@unipam.edu.br

Alexssandro Da Cunha Ferreira
Discente de Direito (UNIPAM)
alexssandrocf@unipam.edu.br

Miguel Camargos Nascimento
Discente de Direito (UNIPAM)
miguelcn@unipam.edu.br

Saulo Santos
Professor orientador (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

O Direito Previdenciário, área do Direito Público, é o responsável, no Brasil, pela regulamentação da Seguridade Social e seus benefícios, cuja administração recai sobre a responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia do Governo Federal ligada ao Ministério da Previdência Social. Sua matéria, de interesse da União, é analisada, primeiramente, na via administrativa, pelo próprio INSS, podendo ser levada ao julgamento da Justiça Federal em caso de ação judicial. Entre os auxílios prestados pela seguridade, tem-se o destaque do Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência, espécie do Benefício de Prestação Continuada (BPC), regido pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei n. 8.742/93. Os requisitos para acesso ao auxílio são a existência de deficiência que provoque impedimento de longo prazo superior a dois anos e a condição de miserabilidade econômica da unidade familiar do beneficiário. Nesse sentido, o presente trabalho analisa os indeferimentos administrativos de BPC/LOAS por parte da autarquia, com destaque ao primeiro requisito: a deficiência e seu consequente impedimento de longo prazo, cuja análise é realizada pela Perícia Médica do INSS. Para tanto, conceituar-se-á o benefício e sua urgência, apontando para a devida tutela do direito do segurado quando frente ao não acolhimento de seu requerimento na via administrativa, e a consequente necessidade de demanda judicial. Conclui-se que a falha na tutela administrativa traz prejuízos ao segurado e, consequentemente, ao judiciário, dado o elevado número de ações previdenciárias na Justiça Federal. Adotou-se o método dedutivo, através da pesquisa bibliográfica, análise da legislação e de casos concretos.

Palavras-chave: Direito Previdenciário; auxílio; perícia; impedimento; indeferimento.

LIBERDADE RELIGIOSA: DIREITOS, DESAFIOS E PROMOÇÃO DA TOLERÂNCIA SOCIAL

Gabriel Henrique Silva Braga
Discente de Direito (UNIPAM)
gabrielhsb@unipam.edu.br

João Vitor Gonçalves Cunha
Discente de Direito (UNIPAM)
joaocunha1@unipam.edu.br

Rafael Max Rodrigues
Discente de Direito (UNIPAM)
rafaelmax@unipam.edu.br

Saulo Santos
Professor orientador (UNIPAM)
saulo@unipam.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo primordial analisar os direitos e os desafios que permeiam a liberdade religiosa no Brasil, ressaltando os aspectos legais e sociais que impactam diferentes grupos religiosos, além de discutir a promoção da tolerância social em relação à diversidade religiosa no país, enfatizando a importância de estabelecer um ambiente harmonioso em que todas as crenças possam coexistir. A compreensão desse tema revela-se fundamental na sociedade contemporânea, uma vez que a liberdade religiosa é um direito essencial que influencia a convivência social e a formação de um Estado democrático, especialmente em um contexto marcado por conflitos e tensões religiosas. A metodologia adotada consiste em um método dedutivo, complementado por uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e pela análise da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes. O desenvolvimento do trabalho estrutura-se em três partes principais: a análise dos direitos assegurados pela Constituição Brasileira e por tratados internacionais, a identificação dos desafios enfrentados por minorias religiosas, como discriminação e intolerância, e a discussão sobre iniciativas que promovem a tolerância social, incluindo diálogos entre diferentes crenças e programas educacionais. Em conclusão, o trabalho reafirma que a promoção da liberdade religiosa e da tolerância social transcende um mero imperativo legal, configurando-se como uma necessidade ética e cultural que deve ser cultivada, sendo essencial para assegurar a paz e a coexistência pacífica em um Brasil cada vez mais plural e diverso, além de contribuir para o fortalecimento da democracia e a construção de uma sociedade justa e respeitosa.

Palavras-chave: liberdade religiosa; tolerância social; direitos; diversidade; convivência.

PROVA ILÍCITA

Cremilson Pereira dos Santos
Discente de Direito (UNIPAM)
cremilsonps@unipam.edu.br

Ghassan Ricardo Pablo Tawil
Discente de Direito (UNIPAM)
ghassantawil@unipam.edu.br

Omar Junio Antunes Vieira
Discente de Direito (UNIPAM)
omarjav@unipam.edu.br

O tema da admissibilidade das provas ilícitas no processo penal envolve uma análise complexa dos princípios constitucionais e das teorias que buscam equilibrar o direito à prova com a vedação ao uso de elementos obtidos de maneira ilegal. No Brasil, o artigo 5º, inciso LVI da Constituição Federal, veda expressamente a utilização de provas ilícitas. No entanto, há correntes doutrinárias que discutem a flexibilização dessa proibição, propondo diferentes abordagens. Teoria da prova ilícita por derivação. De origem norte-americana, essa teoria, também conhecida como teoria dos frutos da árvore envenenada, estabelece que não apenas a prova obtida de forma ilícita deve ser excluída, mas também todas as provas derivadas dela. A metáfora da “árvore envenenada” sugere que, se o tronco está contaminado, os frutos também estarão. Isso implica um efeito cascata: a contaminação da prova ilícita se estende a todas as provas subsequentes que dela derivam. Essa teoria é aplicada no Brasil por meio do artigo 157, §1º do Código de Processo Penal (CPP), que admite a exclusão de provas derivadas das ilícitas, exceto em casos onde se prove a ausência de nexo de causalidade entre as provas ou quando estas possam ser obtidas por fontes independentes. Exemplo: uma confissão obtida sob tortura ou por escuta telefônica ilegal contamina todas as provas subsequentes relacionadas a ela. Admissibilidade da Prova com Punição para o Infrator. Essa corrente defende que a prova ilícita pode ser aceita no processo, mas a pessoa que a obteve de forma ilegal deve ser punida. Nesse entendimento, a prova em si pode ser aproveitada, visando não prejudicar o processo, especialmente em casos onde o seu conteúdo seja relevante para a busca da verdade, mas a punição ao agente infrator ainda deve ser aplicada. Assim, busca-se uma solução que não anule o processo por completo, mas que puna o comportamento ilícito do autor da prova. Por fim, Princípio da Proporcionalidade (Corrente Intermediária). Aplicação do princípio da proporcionalidade, também conhecido como princípio da ponderação. Aqui, defende-se que o juiz deve ponderar, caso a caso, os valores constitucionais em jogo, avaliando se a violação cometida para obter a prova ilícita justifica seu uso. Assim, haveria uma flexibilização da vedação das provas ilícitas, permitindo que, em determinadas situações, a prova fosse admitida se a sua exclusão representasse um sacrifício desproporcional ao direito à verdade e à justiça. Nesse cenário, o juiz deve fazer um balanço entre o direito à prova e a vedação à prova ilícita, ambos valores constitucionais, e decidir de acordo com o caso concreto, considerando a gravidade da violação e a importância da prova para o processo.

Palavras-chave: provas ilícitas; teoria dos frutos da árvore envenenada; princípio da proporcionalidade; Código de Processo Penal.

UMA ANÁLISE DA CRISE CONSTITUCIONAL À LUZ DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 133 E 134

Anna Clara Sarafim Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
annacss@unipam.edu.br

Maria Edhuarda Silva
Discente de Direito (UNIPAM)
mariaedhuarda@unipam.edu.br

Raissa Ranielly Correia Guedes
Discente de Direito (UNIPAM)
raissacorreia@unipam.edu.br

As emendas constitucionais são espécies normativas que provêm do poder constituinte derivado, detêm um grande peso social e político, que modificam ou adicionam dispositivos ao texto constitucional. Há um rol taxativo e restrito de legitimados a apresentar Proposta de Emenda à Constituição (PEC) ao Congresso Nacional, quais sejam: um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, o Presidente da República, mais da metade das Assembleias Legislativas. A proposta será analisada e votada nas duas casas do Congresso Nacional, e só será aprovada se, em ambas, obtiver o quórum de 3/5 de seus membros. Diante disso, vale ressaltar que existem limitações à alteração da Constituição, os limites materiais são cláusulas pétreas, uma vez que não podem ser objeto de restrição a forma federativa de Estado, o voto secreto, direto, universal e periódico, a separação de poderes e os direitos e garantias individuais. O objetivo é impedir a redução da cidadania. Uma vez promulgada, nesses ritos, pelo Congresso Nacional, a (PEC) se torna Constituição. No entanto, em uma distorção do texto constitucional, ambas as Casas do Congresso Nacional reiteraram um procedimento inusitado: realizar os dois turnos de votação no mesmo dia, com um intervalo de poucos minutos, onde a votação do primeiro e segundo turno mantivessem quase que iguais, pois em poucos minutos não é possível mudar o voto de um parlamentar. Embora não haja na norma constitucional um intervalo entre os turnos, a intenção é clara ao expressar que seja realizada em dois turnos, para que se tenha uma maturação do conteúdo, consulta em bases eleitorais, afinal, se trata de uma alteração na Constituição, esse interstício está no Regimento Interno da Câmara e do Senado. Segundo o artigo 202, § 6º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o interstício entre as votações será de cinco sessões. Já o artigo 362 do Regimento Interno do Senado prevê o interstício de cinco dias úteis. Mesmo com a inconstitucionalidade tão evidente, o Supremo Tribunal Federal entende que não há, uma vez não se tem o interstício expresso pela Constituição. A presente pesquisa tem como objetivo explorar a crise constitucional, destacando a aprovação de emendas constitucionais 133 e 134 sem a devida observância ao rito correto previsto no ordenamento jurídico. Para tanto, utilizamos o método dedutivo, com base em uma revisão bibliográfica, a fim de analisar as implicações jurídicas e institucionais dessas irregularidades no processo constitucional.

Palavras-chave: emenda constitucional; PEC; inconstitucionalidade; Congresso Nacional.

VANTAGENS DA AÇÃO MONITÓRIA: AGILIDADE E EFICIÊNCIA NA COBRANÇA JUDICIAL.

Ana Clara Alves Noronha

Discente de Direito (UNIPAM)
anacanoronha@unipam.edu.br

Luiz Augusto de Oliveira

Discente de Direito (UNIPAM)
luizaugustoo@unipam.edu.br

José Eduardo Almeida Cardoso

Discente de Direito (UNIPAM)
joseeac@unipam.edu.br

Os títulos executórios desempenham um papel crucial no sistema jurídico, pois permitem a eficaz cobrança de dívidas e a execução de obrigações. Eles garantem segurança jurídica tanto para credores quanto para devedores, assegurando que os compromissos firmados sejam cumpridos. No entanto, existem provas escritas que não contêm a eficácia de título executório. Para isso, o Código de Processo Civil de 2015 traz, em seus arts. 700 a 702, a possibilidade de requerer a execução do título por meio da ação monitória. A ação monitória permite que o credor exija o pagamento de quantia em dinheiro, a entrega de coisa ou até mesmo a obrigação de fazer ou não fazer, por meio de provas escritas como contratos de prestação de serviços, orçamentos, cheques, notas promissórias com prazo vencido ou duplicatas sem aceite. Além disso, a ação é considerada mais tempestiva por ter um processo com poucas fases: a petição inicial, o mandado monitório, a citação, os embargos à ação (opcional) e a sentença do juiz. O presente estudo relata os benefícios da ação para escritórios e para a preservação e garantia dos direitos do credor diante do devedor, além de expor os requisitos para a realização dessa ação. Por meio de slides e apresentação oral, o tema será exposto com o objetivo de argumentar acerca das vantagens da ação monitória em relação à cobrança judicial, além de apresentar de forma didática como tornar a prova escrita sem eficácia em um título executório por meio da ação monitória.

Palavras-chave: título executório; tempestividade; provas escritas.